

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado em Práticas Artísticas em Artes Visuais

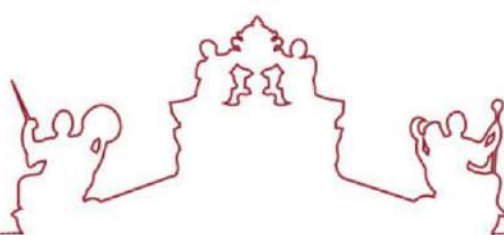
Trabalho de Projeto

**Arte contra a discriminação racial em Portugal: um
contributo artístico a partir e uma perspectiva interseccional
e decolonial**

Rita Silva Pestana

Orientador(es) | Teresa Veiga Furtado

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado em Práticas Artísticas em Artes Visuais

Trabalho de Projeto

Arte contra a discriminação racial em Portugal: um contributo artístico a partir e uma perspectiva interseccional e decolonial

Rita Silva Pestana

Orientador(es) | Teresa Veiga Furtado

Évora 2023



O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | Pedro José Alves Portugal de Andrade (Universidade de Évora)

Vogais | Teresa Veiga Furtado (Universidade de Évora) (Orientador)
Vítor Manuel Gomes (Universidade de Évora) (Arguente)

Agradecimentos

Quero dedicar o meu trabalho em primeiro lugar, aos meus pais, por me terem dado a oportunidade de fazer este mestrado que, me faz sentir uma realização enorme pessoal e educacional.

Em segundo lugar, quero dedicar este trabalho e, agradecer ao meu parceiro, Jackson Henry Moniz, por me ajudar nesta etapa da minha vida, quer a nível pessoal, quer a nível educacional.

Em terceiro lugar, porém, com igual importância, quero dedicar este trabalho à professora Teresa Veiga Furtado pela sua ajuda e dedicação neste meu trabalho de mestrado.

Resumo

O Relatório de Trabalho de Projeto intitulado *Arte contra a discriminação racial em Portugal: um contributo artístico a partir de uma perspetiva interseccional e decolonial* constitui uma investigação artística teórico-prática que busca analisar o tema das discriminações racial, étnico-culturais e sexuais em Portugal no foro da arte contemporânea. No decorrer desta pesquisa, pretende-se realizar um conjunto de trabalhos artísticos centrados nesta temática e através da metodologia qualitativa da análise de conteúdo, estudar o seu impacto no público. Analisar os sentimentos de desconforto e choque dos espectadores, e a capacidade de as obras provocarem atitudes de reflexão, introspeção e de questionamento sobre valores éticos e racismo, tanto a um nível individual como coletivo. A presente pesquisa pretende ser um contributo para a construção de uma sociedade mais equitativa, solidária e justa, que busque o bem-estar de todas as pessoas.

Palavras-chave: arte social; discriminação; interseccionalidade; descolonialismo; sociedade portuguesa.

Art against racial discrimination in Portugal: an artistic contribution from an intersectional and decolonial perspective

Abstract

The Project Work Report entitled Art against racial discrimination in Portugal: an artistic contribution from an intersectional and decolonial perspective is based on a theoretical-practical artistic investigation that seeks to analyze the theme of racial, ethnic-cultural and sexual discrimination in Portugal in the forum of contemporary art. Likely, it is intended to carry out a set of artistic works focused on this theme and through the qualitative methodology of content analysis, to study its impact on the public. To analyze the feelings of discomfort and shock of the spectators, and the ability of the works to provoke attitudes of reflection, introspection and questioning about ethical values and racism, both at an individual and collective level. This research aims to be a contribution to the construction of a more equitable, solidary and just society that seeks the well-being of all people.

Keywords: social art; discrimination; intersectionality; decolonialism; Portuguese society.

Índice	
Introdução.....	1
Capítulo I – Visão geral da discriminação racial em Portugal a partir de uma perspectiva interseccional.....	4
1.1 Interseccionalidade e decolonialismo.....	5
1.2 Discriminação racial e étnico-cultural.....	9
1.3 Discriminação racial e de género.....	19
1.3.1 Discriminação Racial e Sexual.....	24
Capítulo II – A arte contemporânea portuguesa e o combate à discriminação racial.....	26
2.1. Grada Kilomba: Memórias da Plantação.....	26
2.2. Graça Castanheira: Pele Escura – Da Periferia Para o Centro.....	39
Capítulo III – O meu contributo artístico para a mudança de valores e atitudes respeitantes ao racismo.....	46
3.1. Exposição “Portugal Não Discrimina”.....	46
3.2. Obras da Exposição “Portugal Não Discrimina”.....	50
Capítulo IV – Inquéritos sobre o impacto das minhas obras no público.....	60
4.1. Dimensões de análise e indicadores.....	60
Considerações Finais.....	75
Referências Bibliográficas.....	78
Índice de imagens.....	81
Anexos.....	83
Anexo A – Inquéritos.....	83

Introdução

No âmbito do Mestrado em Práticas Artísticas em Artes Visuais, realizei uma pesquisa que tem como tema o preconceito e a discriminação racial, étnico-cultural, de género e sexual em Portugal, atualmente.

A minha pesquisa consistiu numa densa pesquisa bibliográfica, artística, e audiovisual sobre o tema, primeiramente e de uma maneira mais geral, a nível global e, mais tarde, recorrendo a uma pesquisa mais afunilada e detalhada, sobre a discriminação racial no panorama português. Este relatório pretende assim, demonstrar a minha pesquisa sobre o tema, a minha reflexão do mesmo e como é que eu construí a minha metodologia de trabalho artístico prático que, mais tarde resultou nas minhas obras artísticas sobre o tema.

A escolha do tema no âmbito da discriminação racial em Portugal, tem como ponto de partida uma conexão muito pessoal e humanística para com o mesmo, passando por uma reflexão sobre o campo político que tem levado ao discurso de ódio acentuado e direcionado às minorias em Portugal, visualizando o mesmo nas obras que foram criadas, terminando na apresentação de possíveis soluções que podem constituir um contributo para o atenuar do sentimento de intolerância em Portugal.

O objetivo em termos teóricos foi desenvolver uma capacidade de pesquisa, seleção de informação e criação de documentação que possa possivelmente ajudar a atenuar o sentimento de intolerância vivido em Portugal. Em termos práticos, o objetivo foi a criação de obras de arte que contenham este discurso de ódio e intolerância e que as mesmas choquem o observador de forma a impor um sentimento de desconforto e de introspeção de valores morais pessoais do mesmo. Pois, em Portugal, ainda existe muito a mentalidade de que os portugueses não discriminam e, como artista, através da arte, pretendo contradizer essa mentalidade, trazendo ao de cima esses discursos de ódio que ainda fazem parte do presente.

A arte contemporânea, como consequência do racismo institucional e sistémico, também está estruturada para discriminar o máximo de integrantes possível, em Portugal e no mundo.

A falta de estudos em relação ao racismo, discriminação, decolonialismo e interseccionalidade em Portugal cria um lapso, ou uma ilusão, do país em que vivemos, pois, são poucos os países que têm os seus residentes por raça, etnia, religião, entre outros, o que leva a uma ilusão de que toda esta interseção de discriminações, ou não existe, ou que a mesma, é mínima. É importante sabermos quantas pessoas em cada país são de x raça ou etnia, o seu sexo, orientação sexual, religião, dificuldades motoras, entre outros, para que possamos claramente esclarecer as percentagens e, estudar dentro dessas percentagens, onde é que os nossos artistas a nível global se inserem e não apenas os que pertencem aos maiores mercados artísticos estadunidenses, britânicos, franceses, australianos, entre outros. Temos de saber os números, globalmente, para podermos esclarecer as percentagens dos atos racistas, xenófobos, classistas, capacitistas, e discriminatórios a todos os níveis na arte contemporânea e no mercado da mesma, assim como procurar soluções para tornar a arte contemporânea, o seu mercado artístico e os seus integrantes, mais diversificados com oportunidades para todos e, baseada na meritocracia.

Numa troca de palavra entre mim e a curadora Jill Moniz, dona da galeria Quotidian, em Los Angeles sobre as mulheres de cor e sua relação com a arte, Jill diz que a história das mulheres no mundo da arte é muito complexa, pois as mulheres têm sempre sido o centro da arte no contexto de que sempre foram objectificadas. E, também, desde o início dos tempos, as mulheres artistas têm dado enormes contributos no mundo como criadoras e acrescenta:

“I think that the erasure from the white male commodified world has put a focus on male artists but in some ways, that has allowed women artists to dynamically explore and innovate and tell their own stories in ways that wouldn't have survived if they had been subject to the attention in the rules of the market.”

(Jill Moniz, 2020. Entrevista com a autora)

Ainda sobre o assunto, a curadora afirma que a linguagem visual mais poderosa resultante dessa construção, é o conceito de trabalho feminino, mas que, também existem várias camadas de identidade e de significado que afetam as mulheres artistas. Mulheres negras e mulheres de cor que foram ignoradas até recentemente, são agora cobiçadas devido ao mundo artística perceber,

recentemente, que elas são a espinha dorsal da cultura. E agora, são «coleccionadas» de uma forma tão feia, quase como se fossem mercadoria e onde as suas histórias são mal interpretadas, mal compreendidas e mal representadas, porém, elas continuam a fazer o que sempre fizeram e continuam a contar histórias importantes e poderosas sobre como as mulheres veem, sentem e moldam o mundo ao seu redor.

Em relação a artistas portuguesas com quem Jill trabalha:

“Susana Piteira's work resonates so much as a metaphor for this intersectionality between women's narratives, erasure, and the durability of their practices. I'm drawn to artists like her whose practices investigate the liminality- the sense of being in between the canon and something larger and more important – and creating and maintaining a visual language about form, identity, memory and meaning because she is compelled as artist to do that work.”

(Jill Moniz, 2020)

E, por fim, em relação ao trabalho dela como curadora no meio artístico:

“As a black woman my ideas have been stolen, co-opted, appropriated. I've experienced all abuses of power exercises on black womanhood. But I believe in the work and I believe in the communities that need these powerful stories and from which these artists and their narratives emerged. So I keep at it, and keep trying to kick the door open. I am determined to continue to disrupt the status quo so that there is more room and more space for a legitimate recognition, valuation, and shared understanding about why women's work matters.”

(Jill Moniz, 2020)

Existe uma falta enorme de estudos e números que interligam Portugal e a “raça”, etnia, cultura, orientação sexual, entre outros aspetos, que, são muito importantes para o processo de reparação das consequências que o colonialismo português deixou.

O texto de Tim Ingold, “Trazendo As Coisas De Volta À Vida: Emaranhados Criativos Num Mundo de Materiais” levou-me a pensar nas ditas

cujas rede e malha. Num dos parágrafos do tema “Rede e Malha”, o autor escreveu que se seguirmos a linha de pensamento de Henri Lefebvre e, se tal como ele, pensarmos na escrita como uma malha de linhas em vez de uma composição verbal, que, vemos algo em comum entre a maneira como as palavras são inscritas numa página e o modo como os movimentos e ritmos da atividade humana e não humana são registados no espaço vivido. Ou seja, deixa de ser um texto e é uma textura.

Existe, no entanto, uma distinção entre a rede e a malha. Se imaginarmos que as pessoas e animais têm uma linha que nos segue por todo o lado, inclusive quando entramos num espaço arquitetónico, matas, jardins e afins, essas linhas formam sombreados e texturas, formando as linhas de fluxo da malha. Já a rede são as interações das pessoas com os objetos com que elas lidam de uma forma que não se concentrem nas mãos humanas, mas sim nas ligações distribuídas pelas mesmas por todos os objetos e elementos naquele espaço.

Todas as formas de opressão que a Interseccionalidade estuda, acabam por ser a rede e a malha, pois, estes tipos de opressão são feitos, infelizmente, não só de atos, mas também de gestos, de toques, de escrita e da contemporaneidade da opressão que vivemos. Se todos os artigos, comentários e ações que têm como objetivo a opressão, fossem vistos no momento em que se carregaram nas teclas os computadores, na caneta que tocou no papel e nos movimentos da sua utilização; Se as ações opressivas como os “Não” que negaram artistas devido à sua raça, etnia, cultura, sexualidade, género, religião, demografia, entre outros, fossem escritos no ar à medida que saíssem da boca dos integrantes da arte contemporânea, pela forma de uma linha e, se e os movimentos dessa linha seguissem os mesmos que fecharam as portas a esses artistas e, claro, os artistas, as redes e as malhas da arte contemporânea teriam e fariam por si só o maior conceito e obra de todos os tempos: a prova da opressão.

Capítulo I – Visão geral da discriminação racial em Portugal a partir de uma perspetiva interseccional

1.1 Interseccionalidade e decolonialismo

A Interseccionalidade, termo dado pela defensora dos direitos civis e principal líder de estudos da teoria crítica da *raça*, Kimberlé Williams Crenshaw, é o estudo, literalmente, da intersecção de identidades sociais, ou seja: o sentimento pessoal ou coletivo de enquadramento num certo e determinado grupo social resulta sempre da intersecção dos diferentes sistemas relacionados com opressão, dominação ou discriminação (Coaston, 2019).

Este estudo examina diferentes categorias biológicas, sociais e culturais (género, *raça*, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade, entre outros) em múltiplos níveis ou até mesmo simultaneamente.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado³ – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de género, *raça* e classe, modernos aparatos coloniais (Atokirene, 2019).

O colonialismo deixou muitas feridas abertas nos países que outrora foram considerados colónias portuguesas, porém, o decolonialismo não tem sido propriamente a melhor cura para as mesmas, não por ser a melhor solução, mas sim, porque os portugueses não têm querido suturar tais feridas e, ao invés, preferem deitar-lhes terra para cima ao negar, romantizar e continuar, em alguns casos, a praticar tais atrocidades.

Por sua vez, a expressão “decolonial” não pode ser confundida com “descolonização”. Em termos históricos e temporais, esta última indica uma superação do colonialismo; por seu turno, a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. Trata-se de uma elaboração cunhada pelo grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 2000 e que pretende inserir a América Latina de uma forma mais radical e posicionada no debate pós-colonial, muitas vezes criticado por um excesso de

culturalismo e mesmo eurocentrismo devido à influência pós-estrutural e pós-moderna (Gonzatto, 2015).

Os portugueses poderiam culpabilizar a ditadura Salazarista e o Estado Novo (1933-74) que trouxe um subdesenvolvimento cívico e educacional para o país, que, em parte é verdade devido ao fato de que António de Oliveira Salazar fechou Portugal numa ditadura durante quarenta e um anos. Contudo, após quarenta e oito anos, quase cinco décadas, podemos perguntar-nos quais as desculpas para a maioria das mentalidades em Portugal ainda romantizarem o colonialismo, muitas vezes negar as suas atrocidades e ainda praticar discriminação racial e étnico-cultural em Portugal.

Em Portugal existe racismo sistémico e institucional e existem macro e micro agressões a pessoas afrodescendentes, ciganas, e imigrantes todos os dias, muitos, não denunciados, como consequência do colonialismo e das ideologias que o acompanham.

Um estudo revelou que 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo e que apenas 11% da população discorda de todas as crenças racistas apresentadas no último inquérito do *European Social Survey* (ESS), (...) Alice Ramos lembra que o facto de 30% dos inquiridos concordarem com uma crença racista, como a existência de grupos étnicos ou raciais mais inteligentes do que outros, "chega para assustar (Lusa, 2020).

É importante referir também que no *European Social Survey* de 2016/2017, os portugueses já apresentavam altos níveis de crenças racistas, com 52,9% a demonstrarem racismo biológico e 54,1% racismo cultural. Segundo, Manuel Carlos Silva¹, o racismo biológico tenta basear sua pseudoteoria no conceito de *raça*, como um conjunto de traços físicos herdados como a cor da pele, dos olhos, do cabelo, e outras crenças *raciais* que se acredita estarem associadas à *raça*. O que é certo, é que o desenvolvimento genético seguiu um caminho diferente, destruindo assim a chamada *teoria da raça pura* (Silva, 2000).

¹ Doutorado pela Universidade de Amesterdão em Ciências Sociais e Políticas, professor catedrático e ex-diretor do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho (2002 - 2014)

Assim, os tipos de racismo biológico, embora cada vez menos citados e aceites, constituem certo número e aderência a estruturas pseudocientíficas. Por sua vez, o racismo cultural apresenta-se como um tipo de racismo *sem raça*, um tipo de racismo etnocêntrico e neo-nacionalista que tenta obter vantagem cultural ou “defender” a própria cultura de “ameaças externas”, especialmente “ameaças” não estadunidenses ou europeias. As duas formas de racismo coexistem e reforçam-se em tempos e espaços diferentes, porém, se o racismo colonial e biológico dominou até a Segunda Guerra Mundial, o racismo cultural dominou desde então, especialmente desde a década de 1970, pois os racistas têm cada vez mais medo de se legitimar, e cada vez mais se escondem atrás do racismo institucional e sistémico, justificando o racismo culturalmente fundamentado como uma forma para combater a “ameaça” de outras crenças religiosas ou culturais. (Silva, 2000)

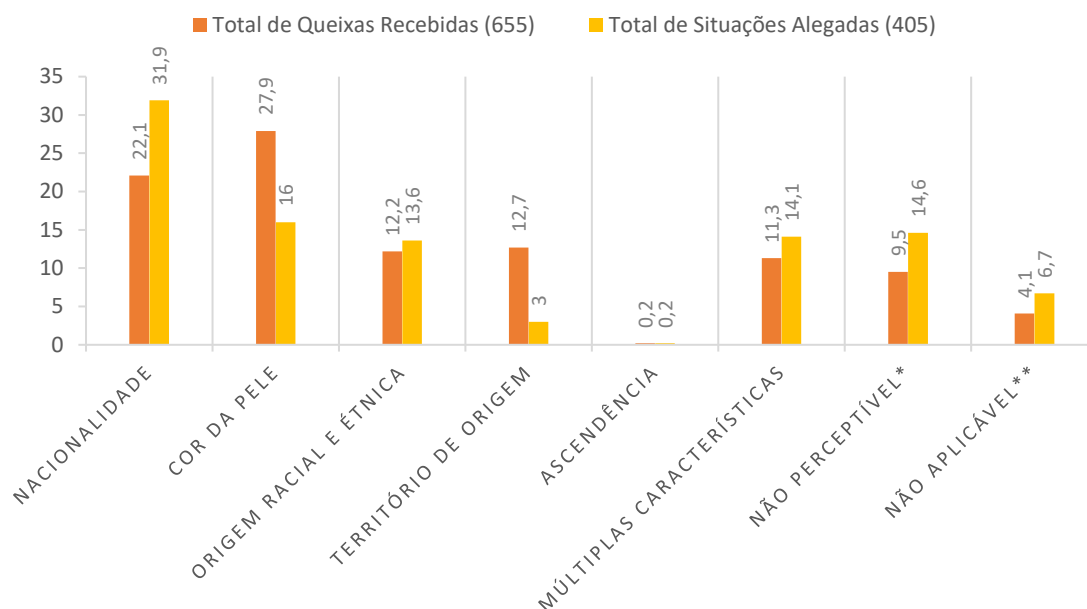
Associando então o descolonialismo culturalmente racista português a estas macro e micro agressões institucionais e sistémicas, podemos aplicar a interseccionalidade, pois, dentro de toda esta discriminação racial e étnica, podemos analisar que, em 2021, havia 698.887 mil imigrantes em Portugal, sendo 204.694, imigrantes brasileiros, fazendo assim, 29,8%, quase 30% do número total de imigrantes em Portugal. A segunda nacionalidade imigrante mais predominante em Portugal é inglesa, com 41.932 mil, Cabo Verde (34.093), Itália (30.819), Índia (30.251), Roménia (28.911), Ucrânia (27.195), França (26.719), Angola (25.802) e China (22.782). (Portuguesa, 2021)

Desta lista das dez nacionalidades mais predominantes em Portugal, podemos então começar a conectar a discriminação racial e étnico-cultural em Portugal com a interseccionalidade, frutos do colonialismo, nesta era de descolonialismo.

Segundo a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, em 2022, o Ministério Público recebeu, consideradas crime, 109 denúncias de discriminação e racismo face a 2021, o equivalente a apenas 26,7% das queixas recebidas. Assim, segundo o relatório, podemos analisar que das dez nacionalidades imigrantes mais predominantes em Portugal, a nacionalidade brasileira foi a que fez mais reclamações em Portugal em 2021, constituindo

26,7% das denúncias. De seguida, 16,4% das denúncias pertencem a pessoas da comunidade cigana e, 15,9% a pessoas com a pele *negra*.

GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO POR FATOR DE DISCRIMINAÇÃO (%) SEGUNDO A COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL



Notas:

* Não Perceptível: Quando do teor da queixa não resulta claro qual a característica protegida alegadamente ofendida, apesar de se perceber que se encaixa na temática da discriminação racial ou étnica.

** Não Aplicável: Queixas incorretas, que não têm por base as características protegidas incluídas na Lei n.º 93/2017, de 23/08.

Figura 1 - Gráfico de Distribuição por Fator de Discriminação (%). CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. 2022.

Analisando o gráfico, podemos então retirar que, das dez nacionalidades mais predominantes em Portugal, a nacionalidade brasileira é a que mais queixas de racismo e discriminação fez. No entanto, a cor da pele como queixa-crime, tem os números mais altos, seguida do território de origem, da origem racial e étnica e das múltiplas características que, como é explicado no relatório, “Múltiplas Características Protegidas: Combinação de duas ou mais características protegidas incluídas na Lei n.º 93/2017, de 23/08” (CICDR, 2021).

Com base na relação entre a cor de pele dominante e local geográfico, podemos relacionar as dez nacionalidades predominantes em Portugal com as

queixas de racismo e discriminação com os fatores de cor de pele, origem *racial* e étnica e de múltiplas características, assumindo que as mesmas, vieram maioritariamente dos grupos de nacionalidade brasileira, cabo-verdiana e angolana. No entanto, dentro de todas estas queixas de racismo e discriminação, a maioria são de mulheres, que, desde o colonialismo ao descolonialismo, são as que sofrem mais.

Três em cada cinco casos de discriminação e racismo "dizem respeito a situações dirigidas a pessoas singulares, não existindo diferenças significativas em razão do sexo, sendo que 24,8% dizem respeito a práticas discriminatórias alegadamente dirigidas a comunidades ou grupos sociais". Ainda assim, há mais mulheres a formalizarem reclamações do que homens. E cerca de metade (47,1%) dos reportes, registados pela comissão, foram feitos pelas alegadas vítimas. O distrito de Lisboa foi o que registou maior número de ocorrências (24,5%) no ano passado (Luz, 2022).

1.2 Discriminação racial e étnico-cultural

Preconceito é a ideia ou conceito formado antes de haver qualquer informação real ou dados factuais sobre algo ou alguém, positivos ou negativos. É o caso, por exemplo, dos preconceitos relacionados com pessoas de etnia cigana ou de origem africana em Portugal, onde as pessoas tomam casos singulares de marginalidade e os associam a toda a comunidade dessas etnias ou culturas. Quando estas associações acontecem, são criados estereótipos que estão ligados a estas comunidades e que, por sua vez, se tornam mais espessos com o tempo, transformando estes estereótipos numa realidade completamente distorcida. Quando isto ocorre, a tendência é culpar as realidades geograficamente mais distantes de onde estas comunidades descendem ou de onde vieram originalmente, criando discriminação a nível continental, de países ou nações. Estas pessoas são assim privadas da sua individualidade e identidade como seres humanos, que fazem parte dos direitos mais valiosos da Humanidade.

Em 1950, um estudo muito importante sobre o preconceito foi publicado pelo filósofo Theodor Adorno, chamado *The Authoritarian Personality*. Nesse estudo foi argumentado que os preconceitos são construídos a partir das necessidades pessoais dos indivíduos que os defendem, normalmente com personalidades autoritárias e radicais e que são preconceituosos relativamente a tudo aquilo que é diferente e externo ao seu «clã». A chamada «personalidade autoritária» foi definida como sendo intolerante, rígida em valores, conservadora e extremamente submetida à autoridade no seio do seu próprio grupo, surgindo como um resultado de infância vivida em famílias excessivamente disciplinadoras. Esta «personalidade autoritária» pode ser atribuída a António de Oliveira Salazar e pode ter sido uma influência em Portugal durante a ditadura Salazarista que, por consequência, ainda se sente na contemporaneidade do descolonialismo, não sendo de todo, uma desculpa para o racismo e discriminação em Portugal na terceira década do século XXI.

O preconceito em Portugal é direcionado maioritariamente às pessoas com descendência africana, de etnia cigana, imigrantes e refugiados, por parte da maioria, *branca*, em Portugal. Dentro da maioria e das minorias está ainda o preconceito direcionado às mulheres que, piora quando olhamos para as mulheres dentro do grupo das minorias. Estes preconceitos, são antigos e por esse motivo, implementaram um sentimento de hostilidade entre a maioria e as minorias em Portugal que só tem vindo a notar-se mais pelo constante discurso de ódio utilizado nas redes sociais que, não são monitorizadas como deveriam ser.

A discriminação, por sua vez, é o ato de distinguir de forma pejorativa, algo ou alguém, com base numa opinião, preconceito ou estereótipo de alguma ordem como racial, étnico-cultural, e género, sexual, religioso, entre outros. Em Portugal, a discriminação é separada legislativamente em crimes ou contraordenações graves, consoante a gravidade da ação ou omissão da discriminação. É considerado crime de discriminação em Portugal, sempre que existirem organizações ou divulgações públicas de materiais que incitem à discriminação, ódio ou violência contra alguém ou contra um grupo de pessoas, devido, por exemplo, à sua cor de pele, etnia, cultura, género, sexualidade, religião, . Em relação aos crimes de ódio, são considerados como tal, os crimes

que contém uma prática violenta direcionada a uma vítima ou grupo de vítimas, também derivadas dos fatores referidos anteriormente. Estes crimes de ódio por vezes, infelizmente, levam a penas mais pesadas como ofensa à integridade física ou homicídio. Quando uma pessoa é impedida de exercer os seus direitos civis a bens e serviços, cuidados hospitalares públicos ou privados, emprego ou formações profissionais, entre outros, devido à sua cor de pele, etnia, cultura, género, sexualidade, religião, entre outros, é considerada vítima de uma contraordenação.

Lamentavelmente, em Portugal, à discriminação não lhe é feita justiça como deveria de o ser, pois, segundo o *Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal*, existem muitas queixas de crimes ou contraordenações que expressam motivações discriminatórias, mas que, às mesmas não lhes foram aplicadas justiça. Susana Silva – oradora representante da Amnistia Internacional Portugal refere que:

Para dar um contexto dos números da CICDR, recordo que, de acordo com o seu último relatório, de 2017, a CICDR recebeu 179 queixas, das quais 44 deram origem a processos de contraordenação, queixas estas que são apresentadas por discriminação, sendo que 38% tiveram por base a origem racial e étnica, 22,3% a nacionalidade, e 21,8% a cor da pele - são dados de 2017, recolhidos na vigência da lei anterior à Lei nº 93/2017. Gostaria de dizer porque é relevante que, em face de todas estas queixas, poucas são aquelas que chegam a condenação (Silva, p.19).

No panorama político, em Portugal, a representação de afrodescendentes no meio político é pouco ou nada, pois, em 230 deputados, apenas 3 são afrodescendentes (Henriques, 2019). O facto de não haver uma representatividade política quantitativa de afrodescendentes no parlamento português, faz com que a política não seja um meio onde os afrodescendentes em Portugal se conseguem rever, pois, é difícil revermo-nos numa profissão onde não há qualquer conexão visual, cultural ou ideológica.

Não só é difícil reverem-se na política visual, cultural e ideologicamente, como também, é muito mais difícil chegar-se ao meio político sendo-se

afrodescendente, pois, as oportunidades são sempre menos quando comparadas com as oportunidades que os portugueses brancos têm, devido ao racismo estrutural. Esta falta de oportunidades começa com a falta de ajuda do estado português para com os afrodescendentes, desde a demora de anos para a obtenção de um visto de trabalho até à proteção e alojamento dos mesmos.

Assim como os afrodescendentes, as pessoas de etnia cigana também sofrem com a falta de representatividade no parlamento e, até mais, pois, não existe ninguém dentro do parlamento que seja cigano.

Esta falta de representatividade política, também é devida à falta de ajuda do estado português em termos educativos, sociais e culturais, pois, Portugal tem tido a tendência de segregar as pessoas de etnia cigana desde crianças, criando uma separação educacional, cultural e social entre os portugueses e os ciganos.

Sem uma base educativa estável, densa e integrada socialmente, as oportunidades dos ciganos no mundo político serão muito escassas. Contudo, lentamente os ciganos estão a tentar aumentar o número de oportunidades de entrada no mundo político ao votarem mais e devido à Academia Política Cigana que integra ciganos na política portuguesa, trazendo mais modelos aos jovens ciganos na tentativa de reduzir o abandono escolar precoce e dando mais representatividade no panorama político de modo a aumentar o número de pessoas de etnia cigana a participar no mesmo.

Segundo os números do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, em 2020 os brasileiros representam um quarto da totalidade dos imigrantes, com 151.304 cidadãos residentes. Os segundos são os cabo verdianos com 37.436 residentes, seguidamente, o Reino Unido com 34.358 residentes.

O número de imigrantes a residir em Portugal aumentou em quase 23% em 2019 (RIFA, 2020), sendo assim o valor mais elevado desde 1976.

Todos os imigrantes que adquirem a cidadania portuguesa possuem os mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos portugueses. Podem residir, estudar, trabalhar, ter assistência médica, aceder ao visto consular, que dá acesso a 170 países e a residência num dos 27 países da União Europeia.

Os imigrantes podem votar nas eleições dos órgãos das autárquicas locais se estiverem inscritos no recenseamento no território nacional. Para as eleições da Assembleia da República e Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, porém, só podem votar os cidadãos brasileiros que tenham o Estatuto de Igualdade de Direitos Políticos (ACM, 2020).

Os imigrantes que admitam direitos políticos em Portugal podem filiar-se nos partidos políticos portugueses, no entanto, não há representatividade nenhuma dos mesmos no panorama político português.

Em 2019, cerca de 1550 refugiados deram entrada em Portugal, porém, 50% abandonaram o país em busca de uma habitação digna e de trabalho, segundo a Amnistia Internacional.

Para os refugiados que querem ficar a residir em Portugal, o processo de aquisição de um visto de residência torna-se mais longo devido às burocracias que provém do asilo. Pior ainda é, que mesmo que um refugiado consiga adquirir um visto de residência, o mesmo, não consegue sequer votar nas eleições dos órgãos das autárquicas, pois, apenas os imigrantes provenientes dos Estados Membros da União Europeia, Reino Unido pré-Brexit, Brasil, Cabo Verde, Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela, assim o podem fazer.

Então, está claro que os refugiados, mesmo que sejam residentes em Portugal, não podem participar no panorama político, pois, é necessário que o país de onde fogem, dê acesso aos portugueses para também lá votarem, o que não acontece. De acordo com a ACM – Alto Comissariado para as Migrações: “Cidadãos com residência legal em Portugal há mais de três anos, desde que nacionais de países que, em condições de reciprocidade, atribuam capacidade eleitoral ativa aos portugueses neles residentes” (ACM, 2022).

É discriminatório que, se uma pessoa está a fugir de uma guerra e pede asilo num outro país onde pretende contribuir e residir, não possa votar. A residência deveria dar aos refugiados a oportunidade de votar, assim como aos imigrantes, no momento da aquisição dos mesmos direitos e deveres. Contudo, isso não acontece e é necessário que o refugiado perca a sua nacionalidade de

origem e adquira a nacionalidade portuguesa para o fazer. Tudo isto, apenas para conseguir votar.

Esta informação clarifica a dificuldade do voto de um refugiado que procure residência em Portugal, assim como também justifica os 50% que abandonaram Portugal para procurar uma vida melhor. O que Portugal faz é invocar uma escolha: ou a nacionalidade ou a participação política.

Em relação à justiça e segurança, o julgamento dos polícias da esquadra de Alfragide (2015) e os acontecimentos do Bairro da Jamaica (2019) são evidências de que existem ações pressupostas de racismo, xenofobia e discriminação étnico-cultural.

Algumas organizações internacionais também têm levantado questões sobre alguns destes acontecimentos nos seus relatórios. Estas questões estão presentes no Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no âmbito da Revisão Periódica Universal, de 2019 (ONU, 2019); no relatório do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT, 2019) e, no Relatório da Comissão Europeia Contra o Racismo e Intolerância (ECRI, 2021).

Existem denúncias frequentes de uso excessivo de força por parte das autoridades sobre os afrodescendentes, em Portugal, relatadas pelo Comité para a Prevenção da Tortura, do Conselho da Europa, que, refere que em Portugal, a comunidade afrodescendente é a que tem mais probabilidades de vir a sofrer deste tipo de violência (CPT, 2019).

Em Portugal, a comunidade cigana sofre mais com as agressões por parte da maioria do que por parte das autoridades, pois, frases e palavras como «Morte aos ciganos» ou «Ladrões», são vistas nas paredes todos os anos.

Também são ateados fogos aos acampamentos da comunidade cigana, mesmo quando algum terreno é cedido para esses acampamentos.

Os imigrantes em termos judiciais têm mais envolvimento com a regularização dos seus documentos em Portugal. Porém também eles sofrem nas mãos das autoridades, como foi o caso de Ihor Homeniuk, que foi torturado

e morto no aeroporto Humberto Delgado por três inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Outro caso da falta de proteção de emigrantes, é o caso de a Câmara Municipal de Lisboa ter divulgado nomes, moradas e outros dados pessoais aos governos de pessoas envolvidas em demonstrações políticas.

Os refugiados em termos jurídicos e de segurança também sofrem muito às mãos do governo, pois, por mais fácil que pareça o processo de asilo, a realidade é que é mais complicado do que parece e, não lhes é oferecida segurança a partir do momento em que lhes é atribuído um sítio para dormir. Ficam ali à mercê de micro e macro agressões por parte da maioria popular.

No que toca à educação, a investigação feita por Pedro Abrantes e Cristina Roldão do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, mostra que existe segregação racial nas escolas em Portugal (Abrantes & Roldão, 2019).

Pela mesma investigação, é possível observar que as taxas de reprovação e retenção são superiores para os afrodescendentes. No primeiro ciclo, esta taxa é de 16% contra 5% da maioria; no segundo ciclo é de 28% contra 11% da maioria; no terceiro ciclo é de 32% contra 15% da maioria; no ensino secundário é de 50% contra 20% da maioria. Também se verifica um maior encaminhamento para os cursos profissionais e acedem cinco vezes menos ao ensino superior do que a maioria. Tudo isto só prova que a segregação das minorias em turmas, não resulta e é preciso encontrar-se soluções para o problema.

Assim como os afrodescendentes, os ciganos também sofrem com a segregação nas escolas e, muitas vezes, as turmas são feitas de crianças da comunidade cigana e afrodescendentes. Onde há um maior número destas crianças é no primeiro ciclo, podem ter 14, 15 e 16 anos e ainda estarem retidos na 4ª classe. No segundo e terceiro ciclos há menos crianças da comunidade cigana e, no secundário é quando existem os maiores números de abandono escolar.

Os imigrantes que entram no sistema educacional em Portugal por norma não são crianças, mas sim, universitários que por vezes ficam retidos por uma dificuldade linguística ou por métodos de avaliação culturalmente diferentes.

Não há muitos dados sobre os refugiados e a educação, porém, os dados do relatório *Stepping Up: Refugee Education in Crisis*, são preocupantes, pois, 63% das crianças refugiadas vão à escola primária, contudo, apenas 24% frequentam o secundário, a nível mundial. (UNHCR, 2019)

Em relação à habitação de afrodescendentes em Portugal, não há dados relativos ao assunto. Contudo, é mais que óbvio que existem bairros sociais e habitações ilegais construídas onde a maioria, se não a totalidade – se falarmos da área metropolitana de Lisboa – das pessoas que moram lá, são afrodescendentes.

Esses bairros são marcados por pobreza, segregação racial, e exclusão onde muitas das pessoas que vivem nessas condições estão à espera de vistos para poderem arranjar um trabalho e uma casa mais digna. De acordo com Flávio Almada, «Quanto à habitação, as pessoas tentam alugar as casas e é-lhes dito “Não posso alugar a casa, porque, sabe, o último negro que esteve aqui causou problemas”» (Almada, 2019)

O mercado de arrendamento de imóveis também é muito difícil para afrodescendentes, ciganos e imigrantes porque os senhorios arranjam maneira de não arrendar as casas a estas pessoas, mesmo que seja ilegal a proibição da inviabilização do arrendamento com base na origem étnico-racial e cultural de outrem.

Segundo um estudo feito pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana sobre as necessidades de habitação em Portugal, 26 mil famílias vivem em condições mínimas (Urbana, 2018). Uma grande parte dessas 26 mil famílias, são famílias ciganas – dados adicionados por um segundo estudo feito pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – vivem em acampamentos ou bairros de barracas.

Esta habitação precária incide maioritariamente no Alentejo e interior, visto que o Plano Especial de Realojamento se destinou apenas às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Os imigrantes, vivem em condições de sobrelotação habitacional em Portugal, como defende Catarina Reis Oliveira, no Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal de 2019:

Relativamente à habitação, mostramos também, através destes indicadores, ainda que só por nacionalidade, que há bastantes discrepâncias quanto à habitação no nosso país. Em concreto, são as populações nacionais de países terceiros que têm a maior taxa de sobrelotação da habitação e, por contraste, são os portugueses e os cidadãos da União Europeia que têm a menor taxa de sobrelotação da habitação.» (Marcelino, 2019)

Isto mostra que não há só uma certa dificuldade em arrendar uma casa, como também há uma sobrelotação da mesma quando o arrendamento é possível. Falta uma proteção por parte do governo em sancionar os senhorios que não querem alugar casas a imigrantes por discriminação racial e étnico-cultural.

Os refugiados, por norma, como procuram ou pedem asilo, têm habitações que lhes são proporcionadas, porém, quando o período de acolhimento termina, os refugiados que foram acolhidos na instituição jesuíta, têm de sair das casas proporcionadas para darem entrada outros refugiados. (Oliveira, Barbosa, & Metelo, 2020)

Os espaços que eles conseguem arranjar são camaratas sem condições nenhuma e sobrelotadas com várias famílias.

Muitas vezes há a obrigatoriedade de um fiador para o arrendamento de uma casa e, a maioria, fala com um familiar e está resolvido, porém, os refugiados muitas vezes não têm uma rede familiar ou alguém próximo que seja fiador, o que se torna um obstáculo quase inultrapassável.

Nos casos nos quais não é exigido um fiador, muitas vezes existe o “crivo da discriminação”, como relata Filipe Doutel. “No arrendamento

da habitação existe uma preferência clara pelos portugueses. Às vezes, também não percebemos até que ponto [essa preferência] é guiada por preconceitos culturais ou económicos. Há um raciocínio meramente económico, o que leva as pessoas a pensar que um cidadão nacional tem uma maior garantia de cumprimento do contrato”. Filipa Silvestre, do CPR, refere ainda: “Telefonamos para alugar uma casa e, se dissermos que são refugiados, desligam-nos na cara” (Silvestre, 2020).

Em termos de acesso ao trabalho, a comunidade afrodescendente tem mais dificuldades em arranjar trabalho em cargos mais bem pagos e mais altos, também por falta de vontade das entidades empregadoras que discriminam e onde preferem dar emprego a alguém que faça parte da maioria ao invés de alguém que faça parte da comunidade afrodescendente.

A comunidade cigana é a minoria que mais dificuldade tem no acesso ao trabalho devido à baixa escolaridade, abandono escolar precoce e falta de representatividade em cargos mais altos e mais bem pagos.

Muitas das pessoas da comunidade cigana em Portugal, relatam que é «extremamente difícil» o acesso ao mercado de trabalho, na audição da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, devido ao preconceito sofrido por parte da maioria.

Os imigrantes também têm dificuldades em arranjar trabalho em Portugal, pois, dependendo do visto, os acessos ao trabalho variam.

Se um imigrante vier sem qualquer visto, tem de ter um contrato de trabalho para poder ter um visto de trabalho, porém, para ter um contrato de trabalho, tem de estar registado nas finanças, segurança social e ter uma morada fiscal, o que equivale a um contrato de habitação. O contrato de habitação muitas vezes é das coisas mais difíceis de arranjar, visto que os imigrantes têm alguma dificuldade em arranjar habitação em Portugal.

Os refugiados para terem um emprego, ou é trabalho precário com menos do que os rendimentos mínimos, ou então ficam presos na mesma situação dos imigrantes. Infelizmente há muita pouca ajuda por parte do governo para com a procura de emprego dos refugiados. Por esse mesmo motivo, mais de 50% dos

refugiados saíram de Portugal porque não conseguiam encontrar emprego nem habitação dignos. (Lusa, 2018)

Na saúde, ainda que a ninguém lhe seja negado os cuidados de saúde, muitos afrodescendentes cujos países têm protocolos com o SNS em Portugal, são-lhes negados ou cobrados os tratamentos, a menos que eles peçam o protocolo ao país de origem e esperem pelo mesmo. Obviamente que numa situação de emergência, serão atendidos, porém, mesmo os funcionários do SNS sabendo do protocolo, cobram-lhes valores mais altos, a menos que lhes sejam entregues os protocolos.

A saúde da comunidade cigana espelha-se nas condições mínimas de vida que a mesma tem. Muitas pessoas desta comunidade têm doenças respiratórias que são a tradução da exclusão, pobreza e condições de habitação. (Vicente, 2019)

Os imigrantes, assim como os afrodescendentes, não têm problemas de acesso a cuidados de saúde. Contudo, têm também a mesma opressão dos protocolos e burocracias, o que, por consequente, ou os faz pagar valores mais altos, ou ilegalmente lhes são negados tratamentos.

Durante a pandemia, o SNS expandiu as normas dos cuidados de saúde para os migrantes ou refugiados:

Perante esta estatuição normativa, não são permitidas quaisquer barreiras administrativas de acesso ao SNS, legitimando-se que os migrantes e os refugiados, independentemente do seu estatuto, estejam numa situação documental legalizada ou não, por razões de proteção da saúde pública, têm direito de acesso ao SNS, nas mesmas condições previstas para os cidadãos nacionais que dele beneficiam (DGS, 2020).

Porém, eventualmente, quando a pandemia estiver controlada e não forem necessárias mais medidas de prevenção, esta medida vai ser erradicada e os migrantes e refugiados vão deixar de ter este direito.

1.3 Discriminação racial e de género

As mulheres no panorama político português, por sua vez, são o grupo com mais representatividade política, dentro destes grupos que aqui refiro. Segundo a Eurostat (Serviço de Estatística da União Europeia), Portugal está acima da média da União Europeia, com 40% de mulheres no parlamento, comparados com a média de 33% dos 27 Estados-membros.

É uma boa notícia, porém, ainda está longe de atingir um maior equilíbrio percentual no parlamento, quando comparado com a Finlândia (55%), Áustria (53%), Suécia (52%), França (51%) e Bélgica (50%) (Eurostat, 2021).

Estes números podem ser um pouco animadores, todavia, desde o início da história política em Portugal do séc. XVIII, só houve uma única mulher como primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo e uma única mulher presidente da Assembleia da República (Martins, 2021). Quando colocamos os números numa outra perspetiva, vemos que em 119 primeiros-ministros ou grupo de primeiros-ministros, desde 1834 até ao presente, só foi eleita uma única mulher para o cargo, fazendo assim uma percentagem de 0,84% de mulheres representadas no cargo de primeira-ministra. Em relação à Presidência da República, desde 1911 até ao presente, em 14 posses, apenas uma foi de uma mulher, dando-nos assim uma percentagem de 7,14% e representação feminina na presidência da Assembleia da República.

Em 308 autarquias, foram eleitas 32 mulheres em 2017 (Ribeiro, 2021), 10% de representatividade feminina nas autarquias. Claramente, independentemente de o número de mulheres ser um pouco melhor do que o dos outros grupos neste relatório referidos, ainda existe um longo caminho para melhorar a representatividade política feminina em Portugal, principalmente mulheres de cor e mulheres *negras*.

Apenas em 2019, há 3 anos, que começámos a ver uma ligeira mudança no panorama político português. Uma mulher, afrodescendente num partido político (LIVRE), Joacine Katar Moreira. Luso-guineense, historiadora, doutorada no ISCTE, ativista, feminista interseccional e presidente do INMUNE, Joacine fez história na política portuguesa. De seguida, o Bloco de Esquerda, também em 2019, elegeu uma mulher *negra* como deputada para a Assembleia da República: Beatriz Gomes Dias. A deputada Beatriz Gomes Dias é luso-

senegalesa e é professora de biologia no ensino básico e secundário, mestranda em Comunicação na NOVA FCSH, ativista e fundadora do Djss – Associação Afrodescendentes. Também o Partido Socialista elegeu a deputada Romualda Fernandes, luso-guineense, jurista especializada em Direito Internacional, aplicado às nacionalidades, condições de estrangeiros e Direito Humanitário. (Reis, 2019)

Ainda que uma pequena grande mudança, é sempre conveniente relembrar que apenas começou em 2019.

Em relação à justiça e segurança das mulheres em Portugal, as mulheres, infelizmente, continuam a ter os números de violência doméstica a não descer, as queixas sobem e as sanções são liberdade condicional. Há muita pouca justiça aplicada aos homicidas que mataram as suas esposas ou parceiras. Como não existe uma proteção das mulheres nestes casos de violência doméstica, muitas mulheres têm medo de fazer queixa e de serem mortas no processo que vai da queixa à prisão, pois, por norma, soltam os abusadores nesse período de tempo.

“Numa escala semelhante a nível de interpretação científica, e diametralmente oposta a nível de crítica (intrínseca), Butler (1998) diz que a feminilidade se “representa na submissão” do sexo feminino em relação ao sexo masculino. No caso da mulher negra, a feminilidade apontada desde sempre a si e que considera o seu corpo enquanto um objeto “disponível para os desejos eróticos de homens é resultado de um processo e construção de estereótipos com propósitos exploratórios e de subjugação. O processo colonial e as relações de poder têm, como um de seus matizes, o questionamento de identidades” (Borges, 2017). Identidades estas que estão intimamente ligadas às questões do género e às questões do género feminino negro.” (Reis, 2019)

A mulher *negra*, vista como um objeto, tem mais probabilidade de ser violada ou agredida do que a mulher *branca*. Isto porque, ainda que todas as mulheres sofram no mundo com violência doméstica, abuso ou agressões sexuais, a mulher *negra* e a mulher racializada, ao contrário da mulher *branca*,

são vistas como que *algo* erótico, objetivando as mesmas e despindo-as de qualquer valor humano por parte do homem cisgênero e, por cima dessa camada, também podemos acrescentar *branco*.

No que toca à educação em Portugal, as mulheres tendem a estudar mais e durante mais tempo, porém uma mulher cigana não estuda tanto tempo quanto uma mulher da maioria. Não há uma proteção ou regularização do abandono escolar de mulheres ciganas ou afrodescendentes em Portugal e, por esse mesmo motivo, as mulheres da maioria tornam-se mais educadas e têm mais oportunidades de ter um emprego e um salário dignos, contrariamente às mulheres de cor em Portugal.

As mulheres no aspeto da habitação não têm problemas, geralmente, contudo, as vítimas de violência doméstica por vezes ficam em relações abusivas por falta de condições de habitação fora da habitação onde se encontra. Muitas podem não conseguir pagar uma casa sozinhas e, por esse motivo, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, assinaram um protocolo que garante habitação a mulheres que sofram de violência doméstica e que estejam na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

As mulheres no acesso ao trabalho, não têm tantas dificuldades como as mulheres negras ou ciganas. Quando analisamos os estudos em Portugal sobre empregabilidade e mulheres, sabemos que as mulheres estudam mais tempo e mais do que os homens, porém, há mais homens em cargos mais altos e a receber mais.

“É de observar que maioritariamente as mulheres negras portuguesas e de ascendência africana que vivem em Portugal possuem um baixo nível de escolarização, o que as empurra diretamente para os trabalhos precários e mal remunerados, e que estas situações favorecem as reproduções sociais num círculo vicioso (Roldão, 2017). São vários os tipos de discriminação que as mulheres negras de um modo geral sofrem em sociedade, e precisamos perceber que estando no limiar das estruturas sociais mais desfavorecidas é maior o grau de violência do qual elas são vítimas (Almeida, 2018)” (Reis, 2019).

Independentemente de as mulheres estarem a ocupar cada vez mais os lugares na advocacia ou medicina, a disparidade salarial entre homens e mulheres é ainda um problema enorme em Portugal.

As mulheres e a saúde têm uma relação de amor/ódio, pois, em relação a ter proteção na maternidade, estamos bem, porém, ainda existe uma grande pobreza menstrual em Portugal. Muitas raparigas não têm capacidade de comprar tampões ou pensos para a menstruação e têm de recorrer a papel higiénico ou jornais (Costa, 2021).

Outra coisa que muitas raparigas não têm acesso é à pilula, o que nas comunidades mais pobres resulta em gravidezes que não são acompanhadas e acabam por ter complicações, juntamente dos bebés não planeados que acabam por lhes custar mais dinheiro do que custaria a pílula.

As mulheres *negras* dentro do sistema de saúde, são mais desacreditadas e são tratadas de uma forma mais violenta em obstetrícia a nível mundial e também em Portugal (Moura, s.d.).

Numa entrevista para a Bantumen, a socióloga e doula Carolina Coimbra, falou exatamente sobre relação entre a mulher *negra* e a violência obstétrica, apontando o fato de que apesar de ser uma forma de violência aplicada a mulheres de todas as *raças*, as mulheres *negras* são mais vulneráveis à mesma durante a gestação (Coimbra, 2022).

Carolina Coimbra faz parte da Associação Portuguesa de Direitos da Mulher na Gravidez e no Parto (APDMGP), porém, sendo a única mulher *negra* e com esta necessidade de trazer a interseccionalidade para os temas do dia-a-dia de forma a trazer mais igualdade e justiça, decidiu criar o coletivo SaMaNe e fez o ano passado um inquérito sobre a relação entre a interseccionalidade e a violência obstétrica.

Este coletivo ajuda mulheres *negras* e mulheres racializadas que sofrem com o racismo estrutural, neste caso, no sistema de saúde devido a preconceitos previamente concebidos como o acreditar que a mulher *negra* é mais tolerante à dor (Coimbra, 2022). A socióloga menciona também alguns testemunhos de mulheres segregadas por quartos nos hospitais devido à sua *raça*, etnia ou

religião ou até mesmo de profissionais de saúde a não acreditarem que as pacientes brasileiras conseguissem ter um parto vaginal por terem sido originadas por uma junção de culturas.

A socióloga e doula também acrescenta que a forma mais comum de violência obstétrica para com as mulheres *negras* é a negação da epidural e que esta forma de violência acontece nos hospitais públicos e nos hospitais privados, porém, nos hospitais privados, essa negação é mais sutil.

“É a interseccionalidade no fundo, que tem a ver com fato de que nós já somos discriminadas por sermos mulheres, sendo *negras* somos ainda mais discriminadas por causa do preconceito e do racismo, basta sermos pobres que somos ainda mais. Vai piorando à medida que se adicionam mais camadas” (Coimbra, 2022)

1.3.1 Discriminação Racial e Sexual

É difícil saber exatamente quantas pessoas fazem parte da comunidade LGBTQ+ em Portugal e no mundo.

As estatísticas variam entre os 1 e 16% (Spiegelhalter, Williams Institute, Kinsey), dependendo da categorização, o que permite uma conclusão óbvia: o número de pessoas não exclusivamente heterossexuais na política é muito maior do que as três centenas. No caso português, entre os atuais 731 deputados do continente e ilhas, membros dos três governos e presidentes de câmara teríamos mais de meia centena de pessoas (Tavares, 2019).

Na história da política portuguesa, apenas três deputados, um secretário de estado e uma ministra falaram abertamente sobre a sua homossexualidade (Tavares, 2020). Não há nenhum deputado que fale abertamente e que defenda veemente os direitos dos homossexuais em Portugal. A esquerda abrange o tema, mas nunca aprofunda o mesmo e, por falar do assunto, a esquerda é associada com ser-se homossexual, em Portugal. Por sua vez, ser-se de direita e apoiar a causa LGBTQ+ é uma anormalidade.

Em 2010, Portugal aprovou o casamento de pessoas o mesmo sexo e em 2016, aprovou a adoção por casais homossexuais, colocando assim, Portugal, no patamar dos países mais hospitaleiros à comunidade LGBTQ+. Contudo, esta é uma realidade escondida, pois, segundo o Eurobarómetro, 71% dos portugueses acredita que existe discriminação sexual em Portugal e 42% ficariam desconfortáveis se os filhos tivessem uma relação com alguém o mesmo sexo.

A comunidade LGBTQ+ em Portugal não é de todo representada no panorama político português, pois, não só não existe ninguém que seja publicamente parte da comunidade no meio da visibilidade política, como também não há ninguém que defenda e aprofunde medidas que protejam esta comunidade em Portugal, no meio político.

Quanto à comunidade LGBTQ+ no panorama da segurança e justiça, houve quase 200 crimes em 2015 contra a mesma. (Sanches, 2015) Estas são as denúncias cujos números nós temos. Muitas pessoas desta comunidade não fazem queixas de discriminação porque por norma, essas denúncias não levam a lado nenhum.

Na educação, a comunidade LGBTQ+ não tem problemas, por norma, em ir à escola, porém, o stress, ansiedade e saúde mental são grandes fatores que ligam esta comunidade à escola, pois, assim como o discurso de ódio, o bullying tem vindo a aumentar, principalmente para as crianças que já tenham uma orientação sexual, género ou identidade definidas.

O bullying é um grande problema nas escolas portuguesas que deve ser sancionado o mais possível e, quando não o é e se torna recorrente, estas crianças tendem a desviar-se da escola, a não querer ir e a temer a escola. Tudo isso pode deteriorar por completo a saúde mental das crianças desta comunidade.

No que toca à habitação, também a comunidade LGBTQ+ teve, em 2020, um documento aprovado no parlamento que destaca a criação de uma bolsa de habitação para as pessoas LGBTQ+ vítimas de violência. Estas habitações são um passo no desenvolvimento de pessoas LGBTQ+ que estejam a ser vítimas de violência onde quer que seja e, que precisem de habitação para organizar a

sua vida. Este documento também inclui ações sobre inclusão no mercado de trabalho e reuniões anuais sobre a saúde mental da comunidade.

A comunidade LGBTQ+ em Portugal também tem os seus problemas com o mercado de trabalho. Sejam eles a negação da atribuição dos pronomes corretos ou o preconceito para com a mesma.

Existem membros da comunidade LGBTQ+ cujos empregos lhes foram negados devido à sua orientação sexual, género ou identificação.

As pessoas da comunidade LGBTQ+ ainda sofrem muito com micro-agressões em Portugal, desde a falta de seguimento psicológico até à falta de médicos que investigam e seguem a comunidade.

Tal como acontece para outras populações, há necessidades específicas de saúde para pessoas LGBT. Isto é, o facto de se ser lésbica, gay, bissexual ou trans pode ter impacto tanto na saúde física como mental. Por exemplo, há aspetos de saúde sexual e reprodutiva que podem assumir maior ou menor relevância para (ou ser específicos de) quem tem comportamentos sexuais com pessoas do mesmo sexo – e de forma diferente para mulheres e homens (ILGA, s.d.)

A discriminação e o preconceito são os fatores mais responsáveis pela degradação mental da comunidade LGBTQ+ e que precisam de um certo tipo de acompanhamento que o SNS não está a conseguir dar (ILGA, s.d.)

Historicamente, a comunidade LGBTQ+ é associada com doenças como o HIV/SIDA e, é importante lembrar que só em 1990 é que a OMS deixou de considerar a homossexualidade como uma doença.

Capítulo II – A arte contemporânea portuguesa e o combate à discriminação racial

2.1. Grada Kilomba: Memórias da Plantação



Figura 2 - Grada Kilomba. *Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, 2019. Livro. 1ªed. 248 p.

Ao longo deste subcapítulo, analiso o livro de artista “Memórias da Plantação” de Grada Kilomba (Portugal, 1968) uma vez que foi uma obra que me auxiliou na conceptualização do meu próprio trabalho prático.

Grada Kilomba nasceu em Lisboa em 1968, mas tem raízes em São Tomé e Príncipe e Angola. É escritora, professora universitária, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar. Reside em Berlim (Alemanha) desde 2008, deu aulas na Universidade Livre de Berlim e é atualmente professora na Universidade de Humboldt em Estudos e Género e Estudos Pós Coloniais. Como artista, Grada Kilomba trabalha com performance, escrita, leitura, vídeo, fotografia e instalação. O seu trabalho já esteve exposto em grandes plataformas internacionais como a Art Basel, The Power Plant em Toronto, no Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia em Lisboa, no Maxim Gorki Theater em Berlim, no Ballhaus Naunynstrasse em Berlim também, na Universidade do Rio de Janeiro no Brasil e na Universidade de Accra no Gana.

A obra de Grada Kilomba de que eu vou falar, *Memórias da Plantação* (2019) é a versão traduzida em português. É importante que se fale da última edição de *Plantation Memories* (2009), pois, à versão traduzida em português, é-lhe salientada a falta desenvolvimento de vocabulário que ainda temos na língua portuguesa. Noutros países como a Inglaterra ou a Alemanha e até como

nos Estados Unidos da América, a comunicação foi desenvolvida e o campo do vocabulário foi alargado porque houve espaço para pensadores, para artistas ou escritores adicionarem termos e palavras que vieram substituir palavras que violentam e são opressivas para as minorias, em especial para as pessoas *negras*². Assim como este livro, que é também o doutoramento de Grada Kilomba, também este relatório irá salientar em itálico ou até mesmo encurtar palavras a uma única letra seguida de um ponto final, as palavras que são violentas ou opressivas na língua portuguesa – como resultado de um ainda orgulho pós colonial e de um legado patriarcal – de forma a contribuir para o desenvolvimento social coletivo de responsabilização do tema.

Grada Kilomba, nesta obra, começa com os agradecimentos e após os mesmos, vem então a carta da autora à edição brasileira, onde a artista partilha a sua experiência pessoal como uma mulher *negra* em Lisboa, onde sofria com o racismo e discriminação tanto na universidade enquanto estudante, como depois no seu trabalho como psicanalista. Esta discriminação vinha, por exemplo, de pessoas racistas que eram suas pacientes e, que se recusavam a ser atendidas pela psicanalista por causa da sua cor de pele. Após estes anos em Lisboa onde nasceu e viveu, a artista decide emigrar para Berlim e fica aliviada por sair de Lisboa. Ela sente que em Lisboa não se consegue encontrar, pois, ela precisa de uma linguagem que não seja opressiva, uma linguagem que a deixe falar, pensar, escrever, ou viver de uma forma que não seja uma forma opressiva e racista, então, a artista vai para Berlim. O choque cultural que Grada Kilomba sente em Berlim é positivo, pois, há uma responsabilização coletiva pelo passado colonial e pela ditadura imperial fascista, onde o percurso de consciencialização coletiva é: negação – culpa – vergonha – reconhecimento – reparação coletiva. Essa reparação coletiva dá asas a novas formas de poder e de desenvolvimento social cultural não opressivo. Grada Kilomba encontra em Berlim uma forte corrente de intelectuais *negras* que contribuiram para a transformação do pensamento e desse vocabulário contemporâneo de que ela

² Termo derivado da palavra latina para a cor preta, *niger*. Após o início da expansão marítima, passou a ser utilizado nas relações de poder entre a Europa e África e, aplicada aos africanos para definir o seu lugar de subordinação e inferioridade. Mesmo sendo ligado ao colonialismo e escravatura, ainda existe uma normalização do uso da palavra na língua portuguesa.

fala na obra. Audre Lorde, Angela Davis, May Ayim ou W.E.B Du Bois são nomes que artista menciona como inspirações suas (2009, p.12).

Grada Kilomba descreve que escreveu esta obra dia e noite enquanto vivia sozinha em Berlim e que as suas leituras e a sua companhia – que eram grupos organizados por mulheres *negras* feministas e LGBTTTQIA+ – foram a sua fonte de aprendizagem. Foi, também para sua surpresa, que começou a dar aulas na Universidade de Humboldt e na Universidade Livre, em Berlim – o que parecia ser impensável em Lisboa, São Paulo, Luanda ou até Salvador da Bahia – para uma mulher *negra*.

Memórias da Plantação é o doutoramento de Grada Kilomba e, foi terminado com a mais alta distinção académica, uma *summa cum laude*. De acordo com a artista, isto só lhe foi possível devido a esta consciencialização e responsabilização coletiva que se vive em Berlim, pois, Portugal está tão atrasado socialmente, culturalmente e de um ponto de vista da consciencialização, que, um doutoramento como este em Portugal nunca conseguiria uma distinção como esta, possível em Berlim (Kilomba, p.12).

Introdução: Tornando-se Sujeito

Na introdução da obra, “Tornando-se *Sujeito*”³, Kilomba refere que escrever este livro foi de facto uma forma de transformação, pois, aqui a autora não é a *outra*⁴, mas sim ela própria. Não é o objeto, mas sim o sujeito. Esta comparação vem de Bell Hooks, que, define que o *sujeito* é aquele que tem o direito de definir a sua própria narrativa, porém, quando a mesma narrativa é definida por outrem, o sujeito passa a objeto. (2009, pp. 27-31)

Quando esta obra analisa a atemporalidade do racismo quotidiano, a mesma analisa o passado e o presente, ambos negligenciados como realidade.

³ Esta palavra em inglês não tem género, porém, quando traduzida para o português, vem com o género masculino – o sujeito – excluindo o género feminino – a sujeita – e outros géneros da comunidade LGBTTTQIA+ - xs sujeitxs – porque seriam vistos como erros ortográficos. Quando uma identidade não existe na sua própria língua, existe claramente um ato de violência e exclusão da mesma para com os seus praticantes e, por esse motivo, esta palavra está em itálico.

⁴ *Outra/o* rege-se apenas em dois géneros, não sendo assim possível estender a palavra a outros géneros da comunidade LGBTTTQIA+ - xs outrxs – e, por este motivo, está em itálico.

1. *A máscara: Colonialismo, Memória, Trauma e Descolonização*

Grada Kilomba fala da máscara do silenciamento que era um pedaço de metal colocado entre a língua e o maxilar, fixado por detrás da cabeça com 2 cordas: uma no queixo e a outra no nariz e testa. A artista descreve esta máscara do silenciamento como uma representação do colonialismo, pois, esta é uma prática sádica à base de poder e de regimes brutais de silenciamento das/os outras/os. Estas máscaras eram usadas pelos senhores *brancos* que colocavam as máscaras na boca das/os africanas/os escravizadas/os para que as/os mesmas/os não comessem a cana-de-açúcar ou o cacau enquanto eram escravizados nas plantações, mas, acima de tudo, eram utilizadas para implementar a mudez, o silêncio e a tortura.

Quando no passado estes senhores brancos diziam que estas pessoas escravizadas queriam roubar, queriam danificar a sua propriedade, só demonstra a fragilidade branca, pois, como na realidade elas/eles não podiam roubar ou danificar nada porque as coisas eram delas/eles em primeiro lugar, os *brancos* colocam fora da sua realidade a sua parte má e, atribuem a mesma à/ao *outra/outro*, como forma de dissolver a sua própria culpa.

Após escrever sobre a máscara, Grada Kilomba fala na ferida. A ferida é o ser, a narrativa pessoal, arrancados de todas/os aquelas/es que nascem *negras/os*, pois, não há como fugir da irracionalidade do racismo. É toda a raça *branca* a competir contra cada pessoa que acontece ser *negra/o*, despindo-as/os da sua essência e moldando-as/os à imagem da *negritude* que a *branquitude* quer que elas/eles tenham.

2. *Quem pode falar? Falando do centro, descolonizando o conhecimento*

Grada Kilomba parte assim para a importância de se falar do racismo e de se reconhecer o mesmo e, pergunta-se onde e quem é que pode falar sobre o mesmo. O que é exposto na obra e com razão, é que o conhecimento é relativo e que uma Universidade não é imparcial, pois, se colocarmos perguntas de cultura geral, a maioria dos estudantes vão saber responder, porém, se formos

cingindo as perguntas a assuntos culturais *negros*, por norma, só as/os estudantes *negras/os* vão saber responder. É aí que os visíveis se tornam invisíveis e que os invisíveis se tornam visíveis. Porém, quando este conhecimento é alargado, há sempre uma desvalorização académica que tenta mais uma vez, calar quem há muito é oprimido. Essa opressão vem em forma de questões que tentam diminuir a importância da nova aprendizagem, como por exemplo “Isso é científico?” ou afirmações como “Isso são experiências pessoais”. Estas questões e afirmações, são de facto uma maneira de ignorar o conhecimento que não entra nos padrões de poder *brancos* de forma a evitar a culpa e o reconhecimento da violência e do discurso de ódio causado no passado e no presente. Assim sendo, as Universidades não são um local de conhecimento objetivo, mas sim, um local à base de relações de poder.

3. *Dizendo o indizível*

Cada vez que esse *conhecimento objetivo* é desafiado por uma nova maneira de observar e digerir a realidade, o mesmo, passa a ser inválido porque não cabe nas normas eurocêntricas, levando a um desacreditamento de conteúdo por parte da norma, em relação às pessoas que assim o fazem. Isto é, cada vez que as pessoas *negras* observam e digerem a sua própria realidade, são logo silenciadas como se aquilo que elas pensaram, disseram ou escreveram não deveria ter sido fundamentado e, por esse motivo, as suas realidades são invalidadas.

Esta invalidez da realidade das pessoas *negras* faz com que o seu lugar de pertencimento se modifique. Isto é, na realidade *branca*, aquele tipo de conhecimento e realidades não encaixam bem porque isso seria ir contra o privilégio que elas/eles não querem perder. Então, eles empurram as pessoas *negras* para onde eles acham que as mesmas têm de ficar, oprimindo assim as suas vozes, ideias e realidades e modificando o seu espaço real de pertença.

A toda esta realidade, Grada Kilomba traz à sua obra duas mulheres afrodescendentes para que estas contem os seus inúmeros encontros com o racismo. A primeira mulher que Grada menciona é Alicia que é uma mulher afro-alemã, que nos conta alguns dos episódios racistas que já sofreu.

4. *Racismo genderizado*

Alicia começa por contar um episódio que se passa num consultório médico onde o médico lhe pergunta se ela não quer ser sua servente em troca de umas férias com a família do mesmo, no Algarve. Ora como explica Alicia, se ela não fosse afrodescendente, o médico nunca lhe perguntaria tal coisa. Isto porque Alicia, com doze ou treze anos, Alicia foi despida da sua juventude para ser vestida como uma servente. Porque o médico *branco* não viu uma mulher apenas. Ele viu uma mulher *negra* e associou a uma servente à imagem dele de senhor.

Após esta experiência que Alicia descreve à artista, Grada Kilomba fala de como o homem branco heterossexual é agora tão falado e onde o homem negro heterossexual é assim também chamado às luzes da ribalta onde apenas a raça se modifica. Isto é, mudando apenas a raça desse regime, o mesmo acaba por invalidar xs LGBTTQIA+ negrxs. No entanto, o homem *negro* heterossexual não consegue subsistir do patriarcado porque independentemente de constituir o sexo masculino, não constitui a raça denominada no regime de poder que é o patriarcado.

Ora tudo isto acaba por se interligar com a falta de representatividade conjunta da sexualidade, género e raça. Isto, provém assim também do feminismo ocidental onde a mulher *branca* heterossexual é a nova maneira de se ir contra o homem *branco* heterossexual. Contudo, a parte errónea desta fórmula é que invalida a mulher *negra*, no feminismo, invisibilizando a mulher *negra*.

5. *Políticas espaciais*

O segundo episódio descrito por Alicia é as inúmeras vezes que as pessoas lhe perguntam de onde vem, sabendo perfeitamente que existem mulheres *negras* na Alemanha. Esta pergunta é extremamente violenta porque arranca a realidade de pertença que Alicia tem com o país onde nasceu, única e exclusivamente por ser *negra*. Se Alicia não fosse *negra*, as pessoas não lhe

perguntariam de onde é que ela vem. Esta micro agressão invalida o facto de Alicia ter nascido e crescido na Alemanha, abrindo então uma ferida de falta de pertença.

Grada Kilomba conta então que a rua onde ela morava, em Lisboa, foi denominada de República das Bananas, insinuando que todos os afrodescendentes que ali viviam, eram macacos e que aquele era o lugar deles. No momento que saía da sua rua, a pergunta “De onde vens?” surgia, colocando Grada no seu *lugar* – onde os *brancos* queriam que fosse – despindo-a de qualquer nacionalidade e olhando apenas para a sua *raça*.

Esta pergunta também foi feita a Alicia que, quando respondeu ser alemã, as pessoas disseram que não era possível por causa da cor da pele dela, e que por esse motivo, Alicia não poderia ser alemã. Assim, pediam uma justificação do porque é que Alicia se encontrava em território *branco*. Esta ação despe Alicia a sua nacionalidade e mais uma vez coloca-a no “lugar” onde ela supostamente pertence e, esse “lugar”, para os *brancos*, não pode ser no seu “território”.

Quando as pessoas perguntam a Alicia de onde é que ela vem, elas esperam uma resposta *exótica*, ou seja, esperam ouvir algo que lhes soe quase como um paraíso primitivo e, por esse motivo, quando Alicia diz ser afro-alemã, as pessoas vão sempre perguntar pelos seus pais e família, na esperança que lhes seja contada alguma história de exotismo. Este exotismo é algo erótico, um fetiche criado à volta das mulheres *de cor e negras* que mais uma vez são despidas do seu ser e que passam a ser vistas como um objeto erótico.

6. *Políticas do cabelo*

Grada Kilomba escreve que Alicia tem uma mãe *branca* e que por esse motivo, ela sofre de um desapegamento racial enquanto criança e a mãe dela também não faz questão de lho mostrar. A mãe de Alicia não percebe as dificuldades que Alicia passa como mulher negra, pois, ela descreve que existe uma violação do seu corpo *negro*, principalmente com o seu cabelo, onde Alicia não percebe porque é que as pessoas querem tanto tocar no cabelo dela e, por esse mesmo motivo, ela sofre um primeiro choque onde não entende porque é

que as pessoas fazem isso, sendo algo que ela mesma nunca faria a outras pessoas. Grada Kilomba descreve que estes atos de tocar no cabelo ou perguntar pelo mesmo, são desejos de controlo do corpo *negro*. Alicia diz que as mulheres negras sentem a necessidade de alisar o cabelo como meio de serem aceites pela sociedade e, isto é uma maneira da sociedade controlar o corpo *negro*.

Alicia também conta que o ex-namorado associa o cheiro do cabelo dela com uma música alemã cuja letra fala em macacos à procura dos cocos, porque o cabelo dela cheira a coco. Porém, ele não percebe porque é que é este ato é racista e isso, Grada remete às cadeias associativas que são altamente violentas na nossa sociedade e, neste caso, na integridade dos afrodescendentes. Grada Kilomba dá então o exemplo da cadeia associativa de *Vénus negra* – mulher selvagem – humano selvagem – animal selvagem – animal.

Após falar em cadeias associativas, Grada Kilomba apresenta Khatleen, uma mulher afro-estadunidense que reside na Alemanha e, a mesma surge num capítulo de Grada que diz “Quem tem medo do homem *negro*?” que é uma brincadeira nas creches da Alemanha onde as crianças fogem da suposta criança que é o homem negro. Isto é altamente problemático porque ensina as crianças que o homem *negro* é uma pessoa de quem tem que se fugir sem razão aparente além da sua cor.

7. Políticas sexuais

Khatleen também tinha um namorado que fez uma piada racial sobre os Ku Klux Klan, o que demonstra que ele tem um privilégio e que utiliza o mesmo como fonte de entretenimento. Grada Kilomba escreve então que ele faz parte da supremacia branca e que a piada é um meio de ser violento racialmente e o consenso para fazer a piada são os risos dos amigos brancos que estavam com ele. Entretanto Khatleen também fala num outro ex-namorado que toca *jazz*, o que como simbolismo, é o desejo do homem *negro*, mas também faz piadas racistas que simboliza o matar o homem *negro* e, sendo ele também sexualmente atraído por mulheres *negras*, tudo isto é muito problemático porque

só desencadeia o erotismo, o exotismo e o fetiche pelas/os mulheres e homens *negras/os*, simbolizando que eles não são mais o seu ser, mas sim, um objeto.

Já de novo com Alícia, ela fala de que a mulher branca que tem crianças negras, normalmente tem ciúmes da mulher negra e estes ciúmes desencadeiam sentimentos hostis porque como a mãe negra é vista com a mãe ideal, a mulher *branca* tem medo da mulher *negra*. Este medo irracional, desencadeia então o sentimento colonialista de servente maternal *negra*, que era amada pelas famílias brancas. Ou seja, desencadeamos de novo, o sentimento da “outridade” e da objetificação da mulher *negra*.

Alicia diz que a mulher negra “rouba” as crianças e os homens, ou seja, que as mulheres *brancas* sentem que, quando passam por uma mulher negra na rua, que elas lhes vão roubar o homem ou as crianças. Mais uma vez, interligado com o erotismo, exotismo e objetificação da mulher negra.

8. Políticas da pele

Grada Kilomba também escreve sobre a separação que as pessoas fazem no ser da mulher negra. Isto é, quando Alicia fala que uma amiga dela diz que não vê cor, tudo se torna problemático porque invalida e inviabiliza a realidade e as experiências de Alicia como mulher *negra*.

Alicia também refere que os pais adotivos utilizam as palavras n. e este uso da palavra, Grada Kilomba refere como sendo uma forma de manter uma hierarquia racial que ainda é uma classificação colonial. Já a palavra m. é uma subcategoria de n. que os nazis utilizavam como símbolo da degradação da raça ariana. Assim sendo, tendo pais adotivos *brancos*, Alicia não consegue explicar-lhes o porquê de ela não querer que eles utilizem a palavra n. ou a palavra m..

Alícia não que não queria ser associada com a palavra n. e refere que para ela mais *negro* significava medo enquanto menos *negro* significava mais branco, ou seja, havia uma distância menor da realidade da sociedade cuja ela queria pertencer, porém, não se considerava negra por medo da rejeição por parte de outros afrodescendentes, porque ela tinha uma tonalidade mais clara.

9. *A palavra n. e o trauma*

Já com Khatleen, ela fala numa experiência que teve com uma criança que diz que ela é uma “n. linda” e isso é uma máscara de subordinação racial porque quando nós dizemos que uma pessoa é linda e adicionamos a sua raça isso significa que estamos a tirar a personificação da pessoa do adjetivo. Ou seja, é como se fizéssemos uma distinção entre o tu és isto ou tu és aquilo. Então, quando a criança diz que ela é uma “n. linda”, ela diz que Khatleen é linda para uma n.. Quando a criança se dirige a Khatleen dizendo que quer ser uma “n. linda”, demonstra mais uma vez a inveja, o exotismo e o erotismo por parte da sociedade *branca* para com a mulher *negra*.

10. *Segregação e contágio racial*

Entretanto Caitlyn fala de que cresceu numa cidade onde as/os *brancas/os* viviam de um lado e as/os *negras/os* viviam do outro e, por esse motivo, viveu numa cidade muito segregada porque havia uma marginalização social. No bairro onde vivia – que era um bairro *branco* – havia apenas duas famílias *negras* e isto levou ao isolamento e segregação, sendo assim uma estratégia da cidade de manter a supremacia branca.

11. *Performando a negritude*

Khatleen, sendo a única *negra* na sua escola, sente a necessidade de representar toda a sua raça e sente a responsabilidade de defesa da sua raça porque na escola, quando se falava de racismo ou discriminação, sendo ela a única aluna *negra* ela sentia necessidade de defender a sua *raça*.

Grada Kilomba escreve também sobre a experiência de Khatleen como alguém desassociado da sua *raça* porque ela é muito inteligente e mais uma vez, parece que não se pode ser *negra* e qualquer coisa, pois, a sociedade *branca* quer separar o ser, do adjetivo, tornando Khatleen invisível e colocando-a num terceiro espaço.

Também Khatleen diz que há tentativas de rastrear o passado dela até África, pois, as pessoas perguntam constantemente, “Mas tu vens de onde?”. Porém, Khatleen não sabe de onde é que vem ancestralmente e quando diz ser estadunidense, as pessoas *brancas* tentam sempre que ela diga África, recorrendo aos seus antepassados. Grada Kilomba refere que estas pessoas querem recuperar a sua imagem de ancestralidade exótica e quase que primitiva, porém, Khatleen não sabe de onde é que os seus ancestrais vêm porque com o colonialismo veio o apagão do passado, dos nomes, da história, da língua e dos costumes.

Khatleen também diz a Grada Kilomba que há quatro mulheres *brancas* com quem ela está, que lhe dizem que os estrangeiros na Alemanha, têm uma vida melhor que os presidiários, ignorando que Khatleen é estrangeira. Isto é colocar Khatleen como uma terceira pessoa que não está incluída naquele grupo diretamente, mas que está incluída indiretamente. Esta associação de estrangeiros a presidiários traz um sentimento hostil direcionado aos presidiários, redireciona-se aos estrangeiros porque há uma associação de criminalidade aos estrangeiros.

12. Suicídio

Grada Kilomba escreve então que a mãe de Khatleen se suicidou por causa do isolamento que ela sentia, pois não se integrava na sociedade *branca* por ser *negra*. E porque a mulher *negra* é diferente do homem e é diferente de ser *branco*, ela é a antítese da branquitude e a antítese da masculinidade. Estas antíteses colocam a mulher negra num terceiro espaço, novamente, onde este terceiro espaço é invisível, e esta invisibilidade liga-se ao isolamento e depois, ao suicídio.

Grada Kilomba também escreve sobre o facto de que todas as mulheres *negras* são vistas como super-mulheres, tão fortes, tão independentes e que não precisam de nada nem ninguém. Isto é um desacreditamento das suas realidades e também coloca essas mulheres num espaço invisível como mulheres *negras*, o que dá exatamente e novamente ao isolamento e talvez ao suicídio.

13. Cura e transformação

Entretanto Khatleen também fala de uma vizinha dela que tinha um boneco *negro* à porta de casa. Este boneco, conta Grada Kilomba, que era um ato racista nos Estados Unidos da América, pós-colonialismo onde os brancos colocavam o boneco à porta de casa a servir de “servente”. Isto é um ato racista porque mais uma vez, é objetivar as pessoas negras.

Entretanto a Alícia conta a Grada Kilomba que reparou numa saudação que lhe faziam na rua, onde todos os afrodescendentes que passavam por ela lhe acenavam e depois percebe que é esta saudação na rua é quase como uma reparação coletiva da história, é reparar uma ferida do passado coletivamente. Num destes acenos, um homem negro chama-a de “sistah”, o que para ela, foi como se ela tivesse encontrado uma família imaginária que vem da chamada “Mama África” e que isso a faz sentir como se fosse realmente uma cura coletiva do pós colonialismo e um reconhecimento das experiências dela enquanto mulher *negra*.

Grada Kilomba escreve do trauma e começa por dizer que o trauma começa normalmente com o choque, que é a dificuldade de assimilar o que é que está a acontecer. Por exemplo, o caso da Alícia que não percebia porque é que as pessoas queriam tocar no cabelo dela, quando ela nunca tocava no cabelo de outras pessoas. Depois vem a separação, onde por norma se separa a *raça* de algo e se cria esta invisibilidade. Ou seja, o caso onde Alicia é chamada de *negra* inteligente, como se não pudesse ser uma só. Como se, ela era *negra*, ou ela era inteligente e essa separação, mais uma vez coloca as pessoas *negras* naquele terceiro espaço e, principalmente, a mulher negra, naquele terceiro espaço na invisibilidade. Na terceira fase do trauma, vem a atemporalidade do racismo, ou seja, quando as pessoas *brancas* abordam no presente, as pessoas negras, como se estivessem no passado. Temos como exemplo aquelas perguntas “Como é que tu lavas o cabelo?”. Na atemporalidade do racismo, é preciso ressuscitar a experiência coletiva para a enterrar propriamente.

14. Descolonizando o eu

Grada Kilomba escreve depois sobre a descolonização e refere que reencenar o passado é proibir o futuro às pessoas *negras*. Escreve também que

o branco parece ter urgência de recuperar o *objeto* de sua perda e, esta frase especificamente, é muito forte porque na sociedade *branca*, as pessoas afrodescendentes ainda são vistas com aquele exotismo, aquele erotismo, e aquele fetiche.

Uma das formas que Grada Kilomba apresenta como forma de combate ao ciclo vicioso da pergunta e resposta sobre o racismo, a solução é o parar de explicar, pois, cada vez que as pessoas *negras* explicam algo, as pessoas *brancas* adicionam o seu “Sim, mas...” e então, como forma que quebrar esse ciclo, o melhor é não explicar, de forma a não alimentar uma ordem colonial.

Esta obra de Grada Kilomba fala-nos de que o racismo não pode ser reverso, pois, para o ser, outras *raças* teriam de ter poder para o praticar e que assim sendo, não é racismo, mas sim, discriminação.

Esta obra fala de racismo estrutural, racismo institucional, racismo cotidiano e de como não pode existir o termo *racismo inverso*, porque para isso acontecer, as pessoas de *cor* e as pessoas *negras* teriam de ter poder, como *raça*, sob a *raça branca*. Assim sendo, o termo correto é discriminação.

Esta obra de Grada Kilomba é muito importante para o meu trabalho prático e teórico porque eu vejo nela um meio de combater o racismo, não pelo meio da explicação, mas sim, pelo meio do limite. Ou seja, em vez de explicar constantemente a quem não quer ouvir, o que é o racismo e como é aplicado no quotidiano de inúmeras formas, eu vou desafiar os limites da mostra do mesmo. Em vez de explicar, eu vou demonstrar, nas minhas obras, formas de racismo quotidiano de forma nua e crua de forma a não deixar espaço para perguntas e a desafiar os limites de inteligência emocional de quem não aceita esta verdade.

Esta obra é assim, uma leitura que dá asas a novos horizontes e onde não há forma de entrar num ciclo vicioso porque não há assunto algum que Grada tenha deixado em aberto para perguntas.

2.2. Graça Castanheira: Pele Escura – Da Periferia Para o Centro



Figura 3 - Graça Castanheira. *Pele Escura*. Portugal, 2021. Curta-metragem, 12:45, cor, som

Graça Castanheira nasceu em Angola em 1962. O seu pai era professor de latim e grego e foi perseguido pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que lhe colocou um processo disciplinar, levando a família de Graça Castanheira a partir para Moçambique onde ficaram até ao 25 de abril de 1974. Após Portugal ser libertado da ditadura Salazarista, a família de Graça Castanheira regressou a Portugal. Formou-se em cinema em 1989 na Escola Superior de Teatro e Cinema, em Lisboa, onde é atualmente professora de Cinema Documental e de Prática de Realização. Em 2008 criou a sua própria empresa de produção e pós-produção, a Pop Filmes. Dentro do seu extenso currículo, Graça Castanheira dirige então, em 2021, a curta-metragem “Pele Escura – Da Periferia Para o Centro”, uma ideia de Kalaf Epalanga.

Como filha de colonos, a cineasta explica que já havia ter sentido necessidade de solidificar as suas ideologias como alguém não racista. Esse seu questionamento leva a esta curta-metragem, que, Graça Castanheira descreve como uma forma de ajudar os brancos, pois, ainda há uma negação muito grande, por parte dos portugueses, de que Portugal é racista e, também, uma negação da glorificação da colonização portuguesa.

Eu nasci em Angola, filha de colonos, só que era uma família progressista, portanto antirracistas e, durante toda a minha vida adulta,

tenho vindo a defender-me com a ideia de que não sou racista e que até a minha família, mesmo sendo colonos, não são racistas, e eu acredito que cada branco tem uma desculpa para não fazer nada. A minha era esta “Eu nasci em África, mas nós éramos bons e sempre lutámos contra o racismo”. Houve uma altura em que pensei que isto não está bem, não vai ficar bem tão cedo, há muitas forças contrárias, há muitos interesses que querem perpetuar o racismo, porque dá jeito, e de que não vale a pena esconder-me por trás desta desculpa. Acreditei que a partir de uma certa altura era preciso fazer alguma coisa. Aquilo que eu pudesse (Castanheira, Graça Castanheira | "Pele Escura da periferia para o centro" | Entrevista, 2021)

Esta curta-metragem é sobre seis amigos afrodescendentes e a sua jornada na capital portuguesa. Estes seis personagens são das periferias de Lisboa e decidem ir ver um espetáculo no Centro Cultural de Belém. Esta curta-metragem é diferente de qualquer outra curta-metragem feita em Portugal, pois, não há uma mudança de linguagem, de costumes, ou de visual das personagens afrodescendentes. Estas personagens mantêm-se muito próximas da sua própria realidade não mudam a sua maneira de falar, não mudam a sua maneira de vestir ou o seu cabelo para serem mais “apetecíveis” ao observador português e *branco*. Graça Castanheira explica que normalmente os atores afrodescendentes são vistos na televisão como serventes ou senhoras da limpeza, porém, nunca com profissões que lhes invoquem poder e por isso, é necessário trazer a representação da normalidade que os afrodescendentes vivem, mas que não é representada.

Após conhecermos um pouco de cada personagem e o seu percurso, ficamos a saber como se sentem ou em que pensam enquanto se dirigem à cidade – Lisa, como denominam a capital portuguesa. Estes pensamentos e sentimentos fazem-nos refletir sobre centro e periferia, afrodescendentes e *brancos*, racismo e inclusão. Wilson André, Ruben Rosário, Nayela Simões, Karina Silva, Nilsa Pires e Paulo Pascoal são os atores e atrizes que dão vida a estas personagens e todos têm origem angolana, algo importante para Graça Castanheira, pois, para a cineasta, é importante criar um espaço que seja livre

de “...uma linguagem dos brancos (...), de um apuramento do português e de uma linguagem dominante”.

Graça Castanheira atribui a importância desta curta-metragem, também, ao facto de em vinte anos de experiência como professora, só em 2021 teve um aluno afrodescendente pela primeira vez e, atribui a culpa ao enclausuramento mental provocado pelo sistema político e social enraizadamente racista.

“Eu faço isto nos limites da minha branquitude para chamar a atenção porque as coisas têm de ser corrigidas, têm que haver bolsas de estudo, vai ter que se fazer alguma coisa, vai ter que se mudar o sistema. Portanto, tive esta vontade e depois foi-me difícil ter uma ideia sobre como falar sobre isto [por ser branca]. Acompanho de muito perto as ideias do Kalaf, acompanho as crónicas dele, e danço Buraka [Som Sistema] e fui ter com ele e passámos uma tarde toda a pensar e ele disse que não haveria nada mais cinematográfico do que esta ideia da periferia e do centro. E combinámos que as duas grandes periferias, as duas grandes linhas seriam o outro lado do rio e a linha de Sintra. A partir daí, fiz a construção de três personagens, um grupo de cada lado que confluíam para o centro.”

(Castanheira, *Pele Escura - Da Periferia Para o Centro*, 2021)

Esta curta-metragem de Graça Castanheira, tem doze minutos e quarenta e quatro segundos e, divide-se em 9 cenas.

A primeira cena começa com as duas personagens, José e Milton que são irmãos e que estão à espera de um pescador para recolherem um saco com peixe que este traz consigo. Quando o pescador chega e lhe dá o peixe, esta interação é muito breve e cordial demonstrando que a relação que estas duas personagens têm não é recente, mas também não é profunda. Após o pescador, que é *branco*, ir embora, José, que é o irmão mais velho, recebe uma chamada no seu telemóvel. Nesta chamada só conseguimos ouvir o José, porém, a personagem menciona o nome de quem iniciou esta ligação (Julião) e, percebe-se que a relação que estas duas personagens têm é mais profunda e podemos

assumir que ambos são amigos devido à escolha de palavras que José declama quando fala com Julião. É uma conversa mais tranquila e com palavras que os portugueses *brancos* em Portugal não costumam dizer, como “Comé meu Cota?” ou “Bazar na Lisa hoje?”. Esta alteração de linguagem que José tem com Julião e que ele não tinha com o pescador pode estar associado ao denominado *code switching* ou código linguístico.

O código linguístico que é identificado nesta curta-metragem é visto, de uma perspetiva sociolinguística, tem a ver com a utilização de diferentes dialetos, pronúncias, combinações de linguagem ou maneirismos em relação a diferentes grupos sociais com o intuito de projetar uma identidade particular. Este código linguístico é utilizado maioritariamente por minorias que mudam o seu estilo linguístico dependendo de com quem estão a falar, do que estão a falar, de onde se encontram, etc, de forma a se integrarem em grupos sociais. Neste caso específico, poderíamos assumir que José falou com o pescador sem introduzir palavras do seu estilo linguístico original como forma de se integrar no grupo social que o pescador se encontra, de forma a evitar desencontros linguísticos, enquanto que, com Julião, José falou no seu estilo linguístico natural, o que nos leva a antecipar que Julião faz parte do mesmo grupo social e *racial* de que José faz parte.

Esta chamada que Julião faz a José é um convite para um espetáculo no Centro Cultural de Belém onde José menciona que só vai se for de carro e, onde Milton o questiona se há possibilidade de ele também ir.

A segunda cena desta curta-metragem mostra-nos José e Milton a dirigirem-se a uma casa e, ao tocarem à campainha, uma mulher afrodescendente com o nome de Xissola vem à varanda e é iniciada uma nova interação. José pergunta a Xissola se ela quer ir com ele e com o irmão mais novo dele ao Centro Cultural de Belém ver o espetáculo cujo Cota os convidou. Xissola pergunta-lhe como é que eles vão e ele pergunta-lhe se ela pode levar o carro, ao que ela responde que sim, porém, têm de meter gasolina. José responde-lhe que podem fazer uma vaquinha para meter gasolina. Xissola pergunta-lhe acerca do espetáculo e José diz não saber do que se trata, ao que ela diz que provavelmente é para não serem só «pulas». Este termo em Angola significa pessoa de pele *branca*. Xissola diz a José que ele vai ter que congelar

o peixe e pergunta-lhe se a Amara também vai, ao que José responde com “Claro! É obrigatório!”. Esta segunda cena termina com Xissola a dizer “Às dezoito horas em ponto, aí em baixo” e com os irmãos a irem embora.

A terceira cena inicia-se com outras duas irmãs onde a mais nova, Savana, pergunta à mais velha, Amara, se também pode ir com ela a Lisboa. Amara pergunta se Savana já estudou e ela abana a cabeça em negação, levando Amara a perguntar-lhe do que é que ela estava à espera. Com esta resposta, Savana vai para dentro de casa e Amara grita para a varanda do vizinho “Oh tio! Tio Julião?” e esta torna-se a primeira aparição de Julião na curta-metragem que confirma o palpite dado anteriormente de que Julião também é afrodescendente, pertencendo assim ao mesmo grupo social e *racial* que Zé, explicando assim a utilização do código linguístico que José aplicou durante a chamada.

Amara pergunta a Julião qual é o limite de idade para ver o espetáculo no Centro Cultural de Belém porque queria saber se podia levar Savana com ela. Julião diz que Savana pode ir, mas que não tem a certeza de que Savana vai entender o espetáculo, porém, Amara diz-lhe que Savana é muito «viva» e Julião confirma e refere que Savana também tem de começar a aprender. Este «aprender» assume-se que é o aprender a viver nesta sociedade racista, sendo uma mulher afrodescendente num país de *brancos*. Amara refere então que o espetáculo fica longe e que podiam ter feito o mesmo na Casa da Cultura ou na Biblioteca Pública, que ficaria mais perto da sua casa. Julião e Amara ridicularizam o facto de «eles» se perderem a andar de comboio, caso o tivessem de fazer. Esta é uma das primeiras referências à periferia e a Lisboa, pois critica o facto de que os eventos são feitos sempre em Lisboa, levando os habitantes das periferias, ao centro, ao invés de levar as pessoas do centro, às periferias. Este foco de eventos dentro da capital, leva a uma falta de investimento de cultura e organização de eventos na periferia de Lisboa, dando um aspecto de pobreza cultural à mesma, privilegiando culturalmente a capital.

A quarta cena desta obra de Graça Castanheira dura apenas meros segundos e mostra José, o seu irmão mais novo e Xissola, amiga de ambos, a entrarem no carro dela e onde comentam que têm de abastecer o carro. Esta cena, ainda que dure apenas meros segundos, demonstra claramente a

expressão de tristeza e aceitação que todos fazem dentro do carro. Esta tristeza e aceitação podem estar ligadas às tantas situações precárias que os afrodescendentes vivem em Portugal nas periferias de Lisboa, desde a habitação ao emprego.

A quinta e sexta cenas mostram-nos Julião, Amara e Savana a dirigirem-se para o metro e, José, Milton e Xissola, no carro, em direção a Lisboa, respetivamente. Dentro do carro, os amigos têm dúvidas se o carro os vai conseguir levar ao espetáculo, pois, tem um problema no escape. Tanto o metro como o carro velho com problemas, relembram-nos de que são inúmeros os afrodescendentes que utilizam os transportes públicos por não terem posse de compra para um transporte pessoal nem para a sua manutenção e, que quem tem transporte pessoal, quase sempre apenas consegue comprar carros com donos prévios e antigos. Isto porque vivem muitas vezes em situações precárias onde não têm contratos de trabalho, recebendo menos que o ordenado mínimo, podendo apenas residir nas periferias da capital, em bairros cujas construções não foram terminadas e que por isso, sem água nem luz ou, em barracas que formam bairros ilegais para a Câmara Municipal.

Em ambas as viagens até à capital, podemos ouvir uma música africana chamada “Africana” de Gerilson Insrael que nos remete à diáspora africana em Portugal.

Na sétima cena os amigos encontram-se em frente ao Padrão dos Descobrimentos e José diz que é melhor ir para outro lado antes que as estátuas saltem da escultura. Savana pergunta qual é o mal daquela estátua, mostrando uma certa inocência em relação ao colonialismo e suas consequências. Amara fica aborrecida com a questão de Savana e Julião responde a Savana que aquela estátua vai dar que falar, pois, tornar-se-á o grande Museu da Kizomba de Lisboa. Sendo o Kizomba um género musical e um estilo de dança originalmente angolano, mais uma vez podemos dar-nos conta da diáspora africana e da conservação das suas tradições – neste caso, a kizomba – em Portugal.

Na oitava cena, os amigos dirigem-se para o Centro Cultural de Belém e Amara refere que os portugueses mudaram o nome da Ponte 25 de Abril (antiga

Ponte de Salazar), porém, mantêm o nome da Praça do Império. Amara acrescenta que os “tugas” falam muito, porém não aceitam que se fale do passado e Julião refere que os portugueses na realidade querem continuar a celebrar o passado de forma subliminar. Com toda esta conversa acerca do colonialismo, Savana pergunta se esta problemática tem solução, ao que Julião responde que sim, mas que irá sobrar para ela, ou seja, para a geração mais nova.

Na nona cena, os amigos estão a entrar na sala de espetáculos do Centro Cultural de Belém e Amara refere que estão atrasados e Xissola diz-lhe em tom de brincadeira que o resto das pessoas é que se anteciparam. Amara responde com “Da fama não nos livramos”, isto porque um dos estereótipos que existe sobre pessoas afrodescendentes é que estão sempre atrasadas para qualquer evento. Este estereótipo começou nos Estados Unidos da América e denomina-se de CPT ou *Colored People Time* (Tempo Pessoas Cor), porém, é também utilizado em Portugal. O espetáculo começa e no ecrã aparece toda a curta-metragem de novo, porém, com os seis amigos a ver, como silhuetas, com as suas afros, uma reflexão da diáspora africana em Portugal.

Capítulo III – O meu contributo artístico para a mudança de valores e atitudes respeitantes ao racismo

3.1. Exposição “Portugal Não Discrimina”

Esta exposição é composta por cinco obras denominadas de “Discriminação? Isso é coisa dos EUA” com 2 x 1 m; “Portugal Respeita As Opiniões de Todos” com 100 x 80 cm; “A Morte Não Escolhe Cor” com 100 x 80 cm; “Bons Tempos Eram os de Salazar”, composição feita com duas telas com 60 x 50 cm e 40 x 40 cm; “Deviam Agradecer a Portugal Pelo Colonialismo” 100 x 70 cm.

Esta exposição tem dois objetivos, sendo o primeiro, alertar a sociedade portuguesa de que o racismo, xenofobia, discriminação étnica, cultural, de

género e sexual estão entranhados no sistema português e que as redes sociais são cada vez mais, a via utilizada para propagar o discurso de ódio. O segundo objetivo é a recolha e tratamento de dados de forma a entender se a arte pode combater problemas sociais como a discriminação racial e étnico-cultural.

Pela via da recolha do discurso de ódio propagado nas redes sociais em Portugal, por parte dos portugueses, pretende-se mostrar que é real, existe e tem de ser sancionado.

Num Portugal negacionista da discriminação, mas onde existem partidos com integrantes neonazis e fascistas – o partido CHEGA - onde se manda em plena Assembleia da República, uma deputada afrodescendente ser «devolvida ao seu país de origem», onde se fazem marchas «anti antirracistas», onde se recomenda haver um cadastro étnico-racial, se vandalizam escolas com frases como «Fora com os pretos» ou «Morte aos ciganos», é muito claro que estas macro agressões não estão a ser devidamente sancionadas e isso leva a uma normalização do discurso de ódio em Portugal.

Perante o discurso de ódio, pretende-se que o observador seja chocado e pense no que está a ler, se o que está a ler é correto ou não, ao fim ao cabo, quais são os valores morais do observador. Quere-se criar um momento de introspeção por meio da visualização de algo que tem sido negado todos estes anos.

Após o primeiro choque visual onde se conseguem ler as letras que foram pinchadas nas paredes de escolas e outros comentários nas redes sociais que são deveras de uma natureza violenta, pretende-se que o observador siga as linhas vermelhas, leia as notícias e mergulhe em todos os crimes e discurso de ódio que se encontram à sua frente. Se achar demasiado forte, a sua atenção irá também eventualmente para os *post it*, que, contém dados factuais de crimes, números e outras informações pertinentes.

De seguida, espera-se que o observador se sinta ou desconfortável ou em choque. Contudo, espera-se que esse desconforto e esse choque se transformem em mágoa, tristeza, e que, eventualmente, essas, se transformem em mudança e ação ou ativismo. Quere-se que o observador admita, mesmo

que seja só para ele, que de facto, Portugal discrimina e que não é apenas uma coisa dos Estados Unidos da América, como é comum os portugueses dizerem.

A pesquisa audiovisual para este projeto tem como referência o documentário “Fantasmas do Império”, 2020 de Ariel de Bigault que analisa os traumas de guerra de que ninguém fala, os filmes-propaganda do Estado Novo e o redescobrimto dos fantasmas do colonialismo.

Em termos documentais e educacionais, não há uma grande resistência à história originalmente contada pelos portugueses. Há sim, ou uma neutralidade ou um orgulho no colonialismo, o que, remete exatamente ao facto de que temos de mudar os paradigmas educativos na história de Portugal. Tanto os descobrimentos como o colonialismo são contados como se não houvesse nenhuma resistência dos povos que habitavam na sua terra. Obviamente que, quando estas histórias são comparadas às dos povos que sofreram com esses factos históricos, as coisas são completamente diferentes:

“Portugal gostava de se apresentar como um país não racista, ora isso não é verdade: havia racismo, havia discriminação racial”

(LIMA,2016)

Muitos dos documentários visualizados sobre o Estado Novo, ou não mencionavam as colónias e focavam-se apenas em Salazar e nos feitos do mesmo em Portugal, ou quando mencionavam as ex-colónias, mencionavam como um grande feito e mérito de Portugal: “Salazar e as Colónias Portuguesas”, 2018 de Miguel Ferreira e “Políticos Portugueses - Salazar”, 2013 de Mário Brito.

É impensável que ainda se passem documentários que glorificam o Estado Novo e o colonialismo, na televisão. Precisamos de reformular tais documentários e transformá-los em documentários educativos que apelem a uma posição justa que conta com a história verdadeira do que foi o colonialismo e como é que foi conseguido, ao invés da romantização do mesmo, que leva aos portugueses a ter esta ideia de que sem o colonialismo, os povos colonizados à força não seriam nada nem ninguém.

De todos os artistas que pesquisei, houve alguns que se destacaram mais para mim em termos conceptuais como a Grada Kilomba pelo seu trabalho

fantástico sobre identidade, história, colonialismo, escravatura, o corpo da mulher *negra* e no tornar imagens inicialmente racistas, em algo reivindicado na contemporaneidade da arte, dando uma nova história às mesas. A parte do trabalho de Grada Kilomba em que me inspirei foi a identidade, neste caso, a portuguesa; o colonialismo e nas consequências do mesmo em Portugal.

Estas peça são uma narrativa minha de como eu fui adquirindo e colocando a informação na tela, as ligações, os estudos, os artigos, as notícias, a linha de pensamento e a estética geral de um quadro de investigação policial. Foi essa a linha que segui: o estudo dos crimes de discurso de ódio discursado nas redes sociais, que espelha a presença da discriminação das minorias no sistema político, judicial, educativo, habitacional, de trabalho e saúde.

Esta discriminação em todos os sistemas, cria linhas de sistemas opressivos contra as minorias em Portugal, oprimindo e ocultando os problemas que as mesmas têm, dando força à descritibilidade dos portugueses dos mesmos.

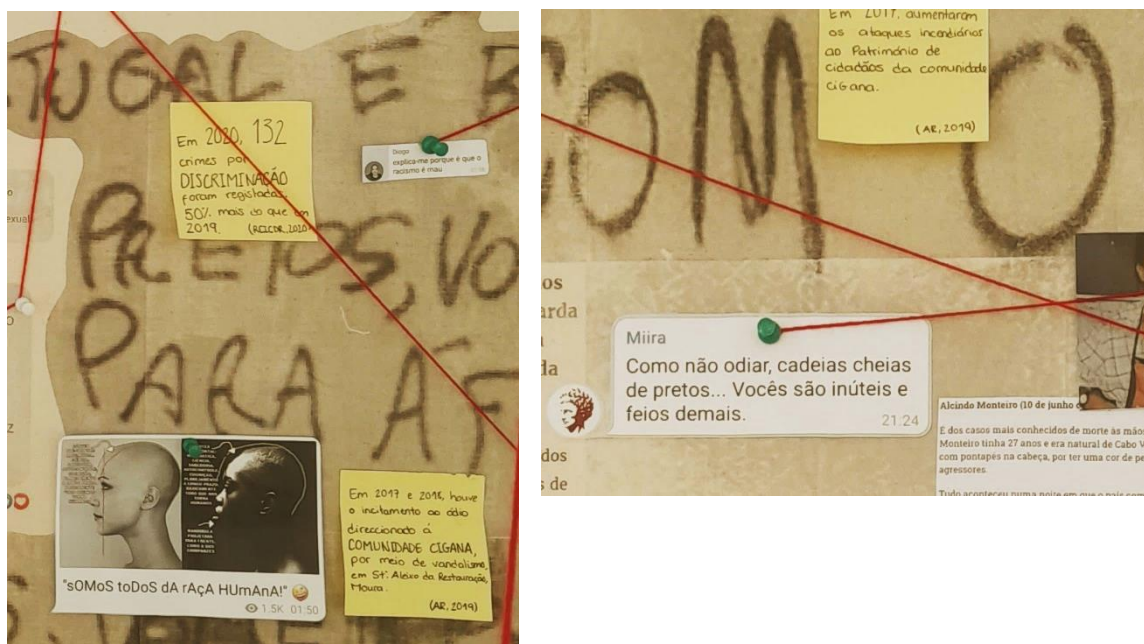
Em relação à técnica que utilizei na minha obra, utilizei a técnica de sublimação para marcar algum do discurso de ódio na tela. Utilizei também montagem e colagem de outros discursos de ódio, coleí *post it* com números e informações pertinentes acerca de crimes cometidos em Portugal contra minorias. Usei também pioneses para conectar certas notícias com os respetivos comentários, com uma linha vermelha e, também, para conectar crimes e discurso de ódio expressados nas redes sociais.

3.2. Obras da Exposição “Portugal Não Discrimina”.



Figura 4 - Rita Silva. *Discriminação? Isso é coisa dos EUA. Portugal, 2021. Sublimação sobre tela, colagem, 200 (L) x 100 (A). Coleção privada.*

Figura 5 - Rita Silva. Pormenores da obra "Discriminação? Isso é coisa dos EUA". Portugal, 2021. Sublimação sobre tela, colagem, 200 (L) x 100 (A). Coleção privada.



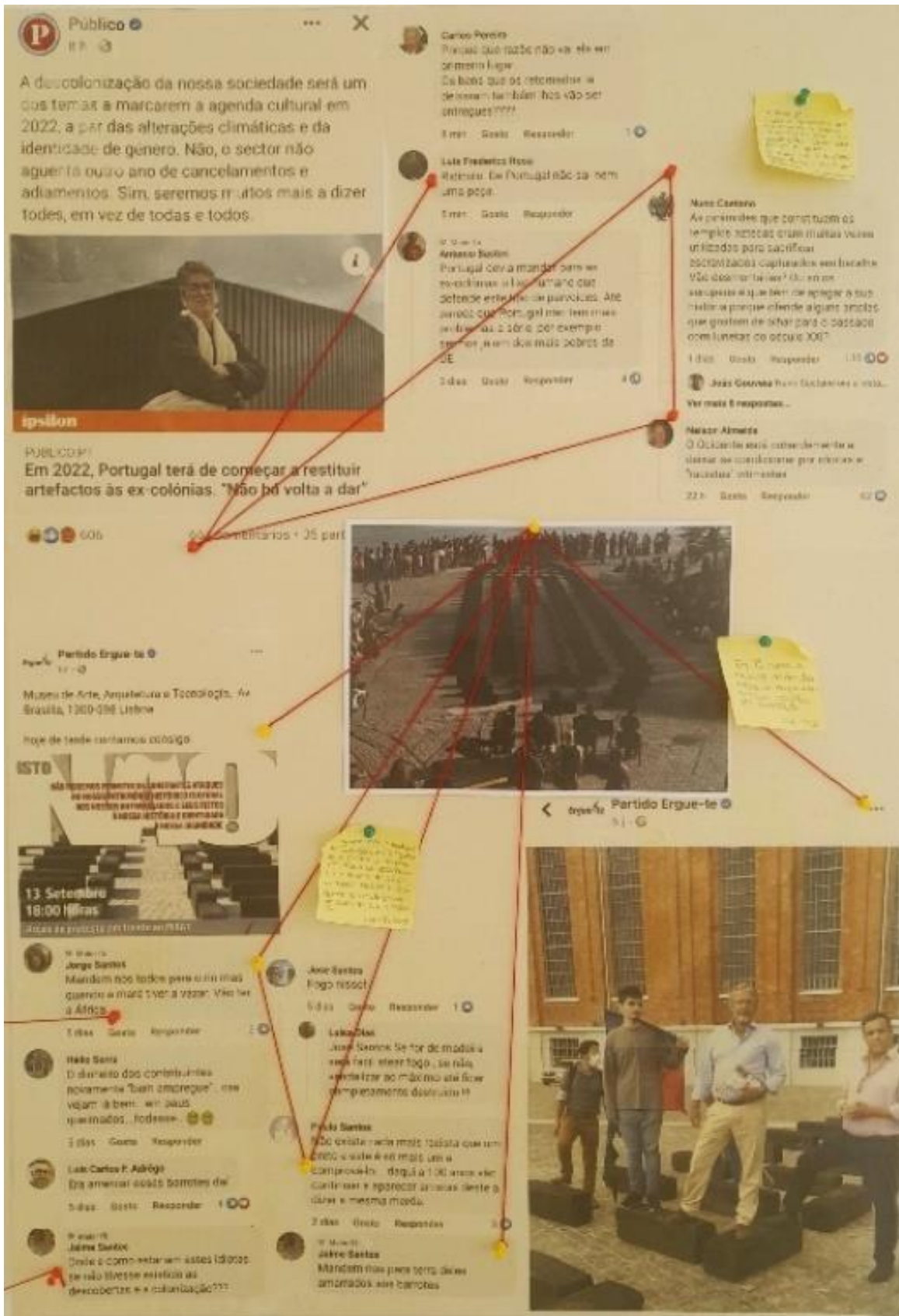


Figura 6 - Rita Silva. Portugal respeita toda a gente. Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 80 (L). Coleção privada.

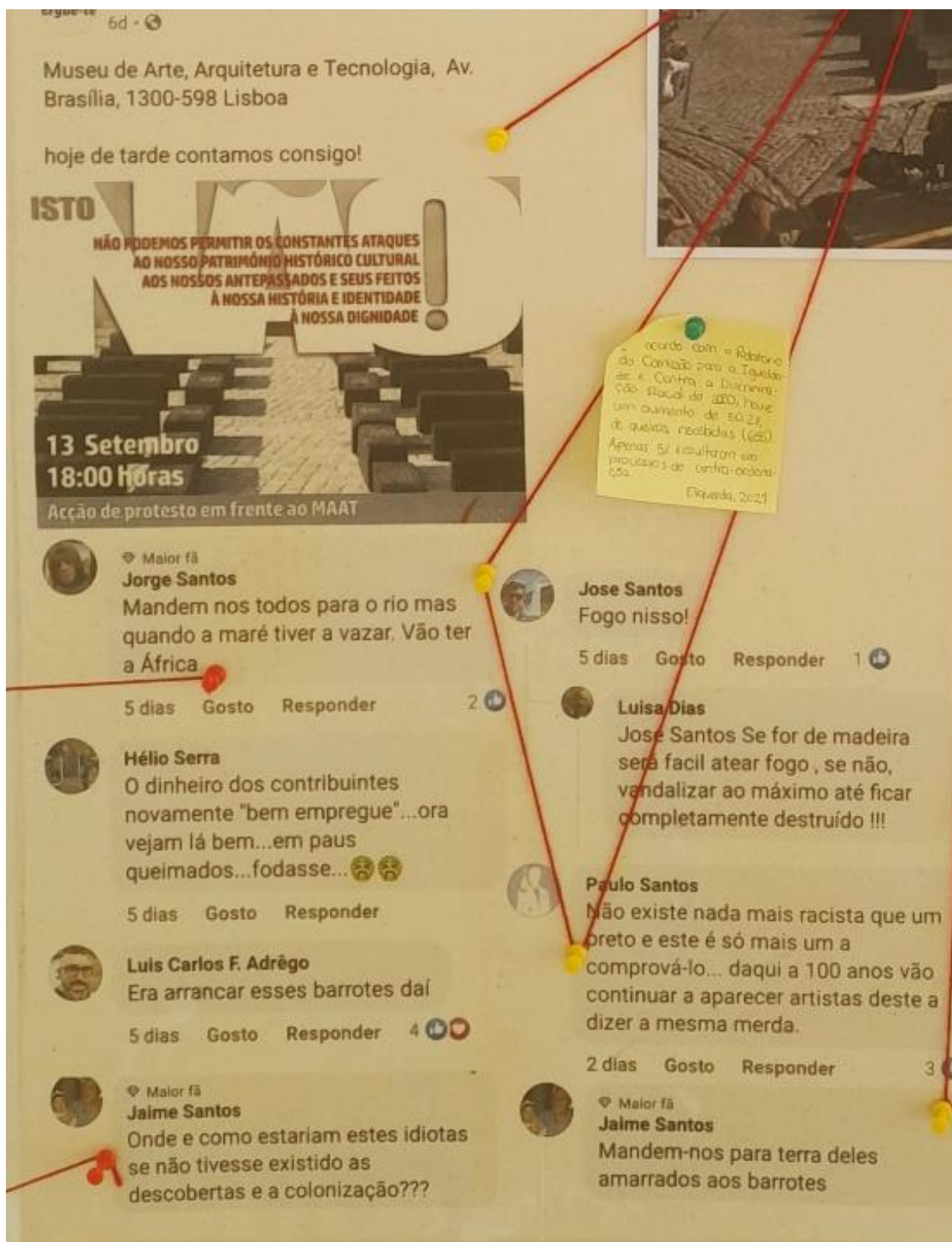


Figura 7 - Rita Silva. Pormenores da obra "Portugal respeita toda a gente". Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 80 (L). Coleção privada.

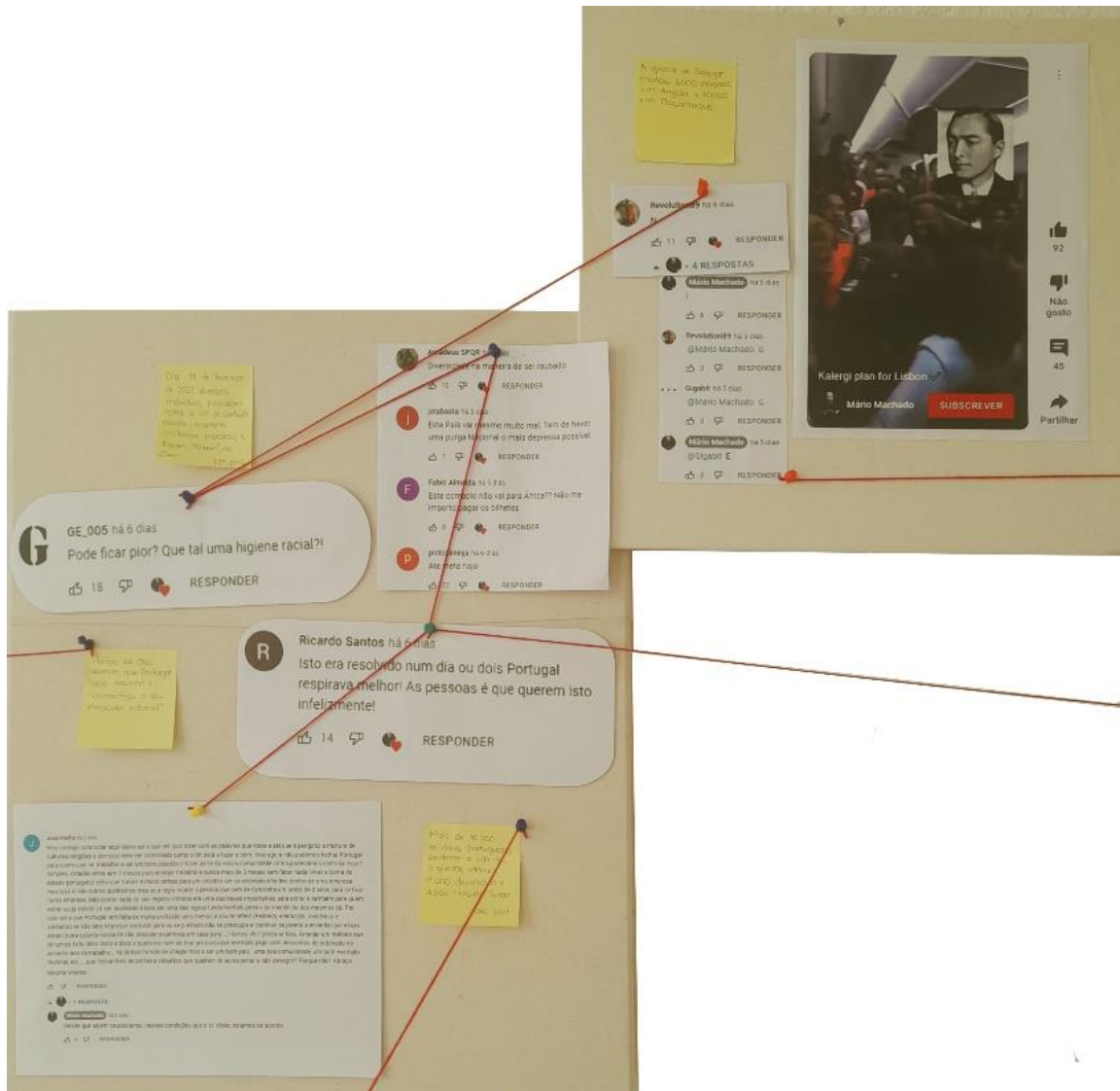


Figura 8 - Rita Silva. Bons tempos eram os de Salazar. Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 30 (A) x 30 (L) e 50 (A) x 40 (L). Coleção privada.

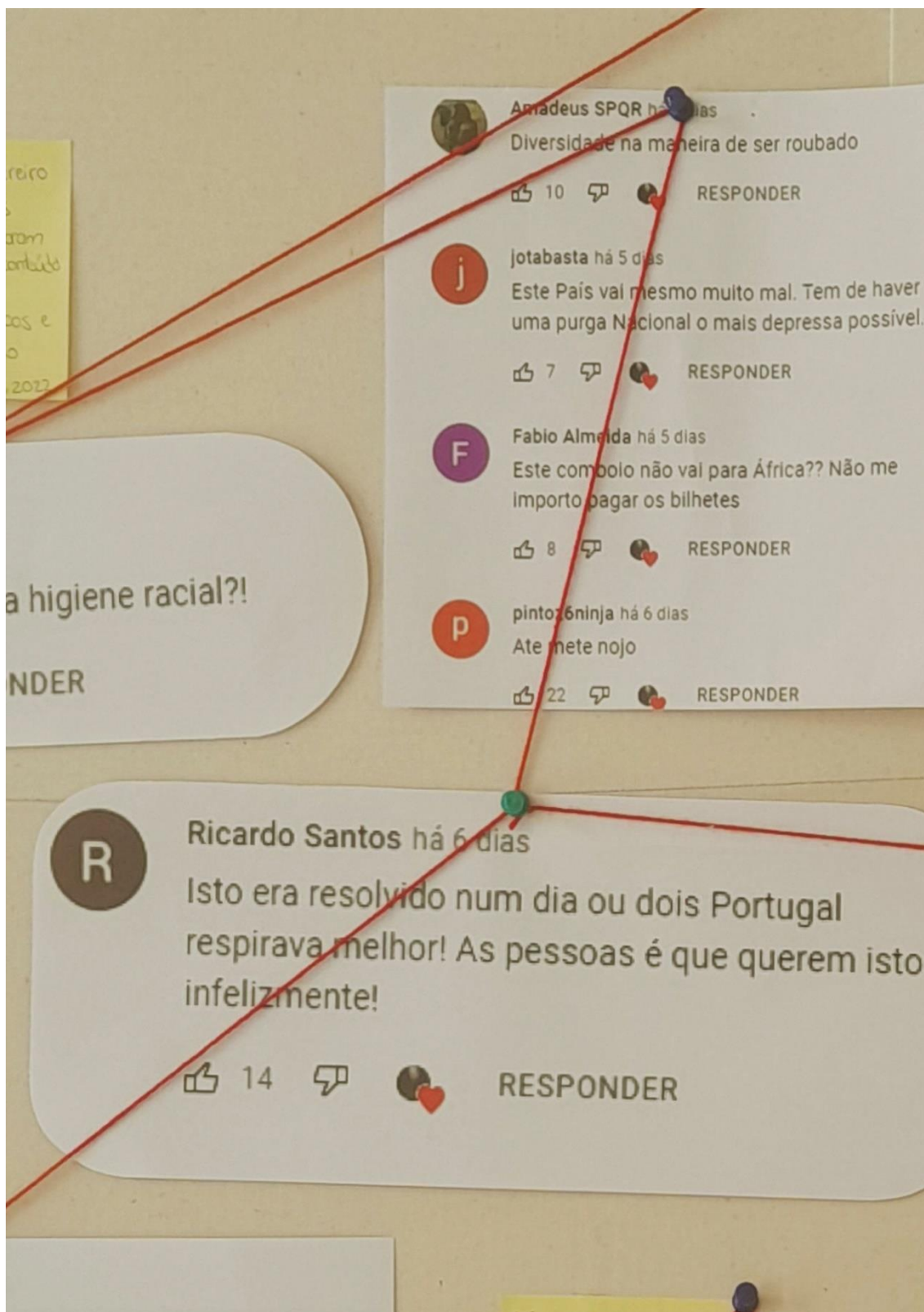


Figura 9 - Rita Silva. Detalhes de "Bons tempos eram os de Salazar". Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 30 (A) x 30 (L) e 50 (A) x 40 (L). Coleção privada.

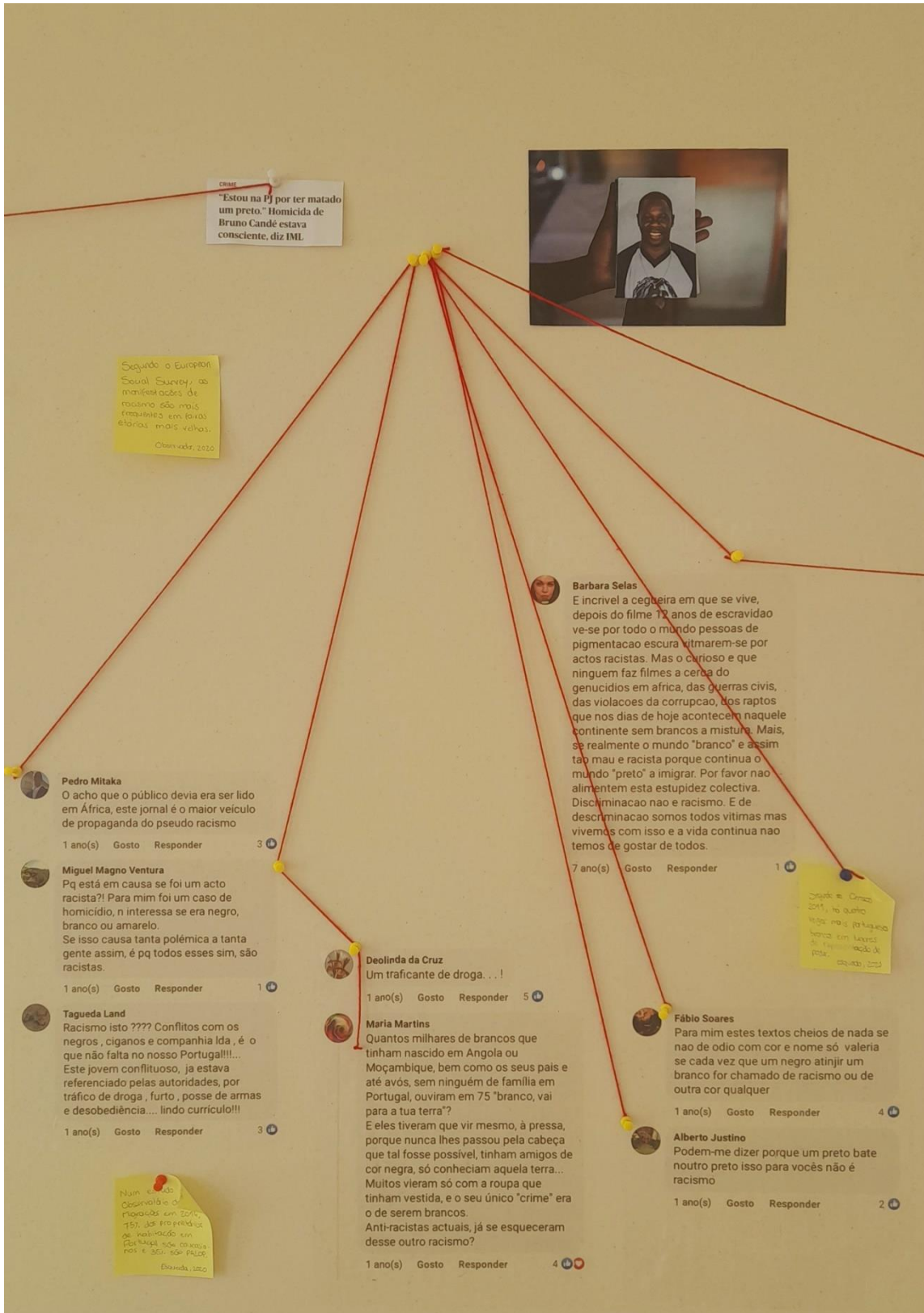


Figura 10 - Rita Silva. A Morte Não Escolhe Cor. Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 30 (A) x 30 (L) e 50 (A) x 40 (L). Coleção privada.

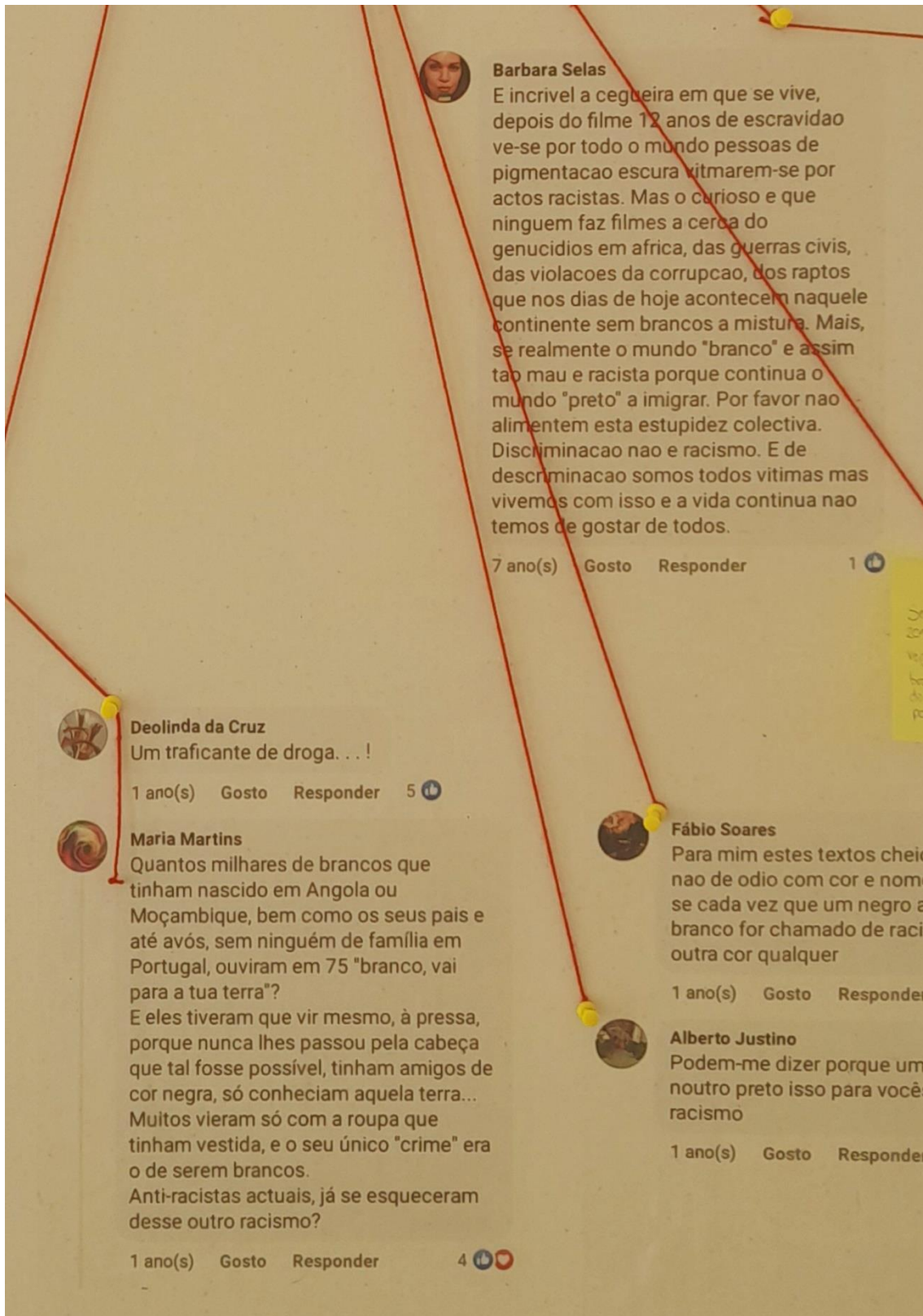


Figura 11 - Rita Silva. Detalhes de "A Morte Não Escolhe Cor. Portugal", 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 80 (L). Coleção privada.

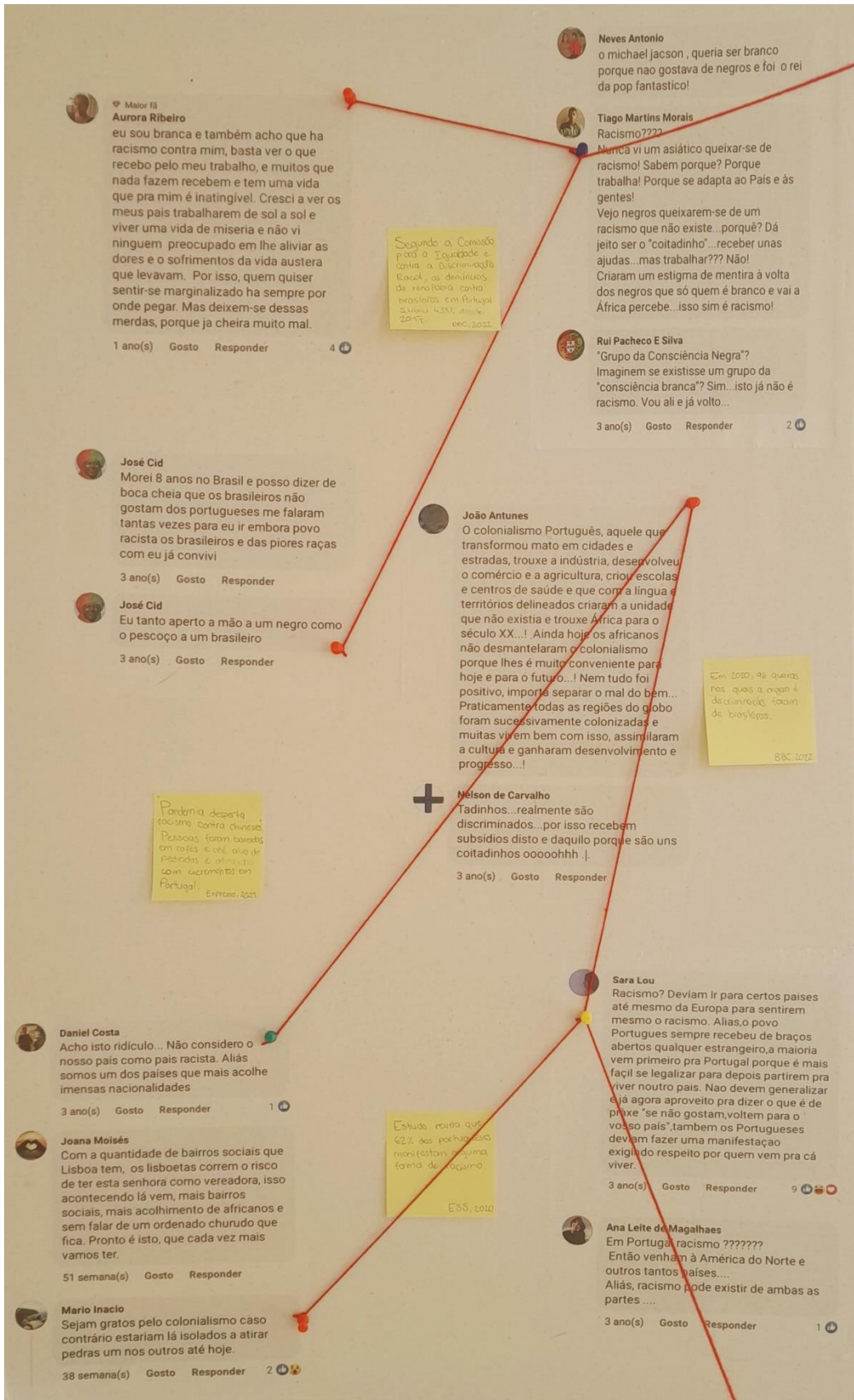


Figura 12- Rita Silva. Deviam Agradecer a Portugal Pelo Colonialismo, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 70 (L). Coleção privada.

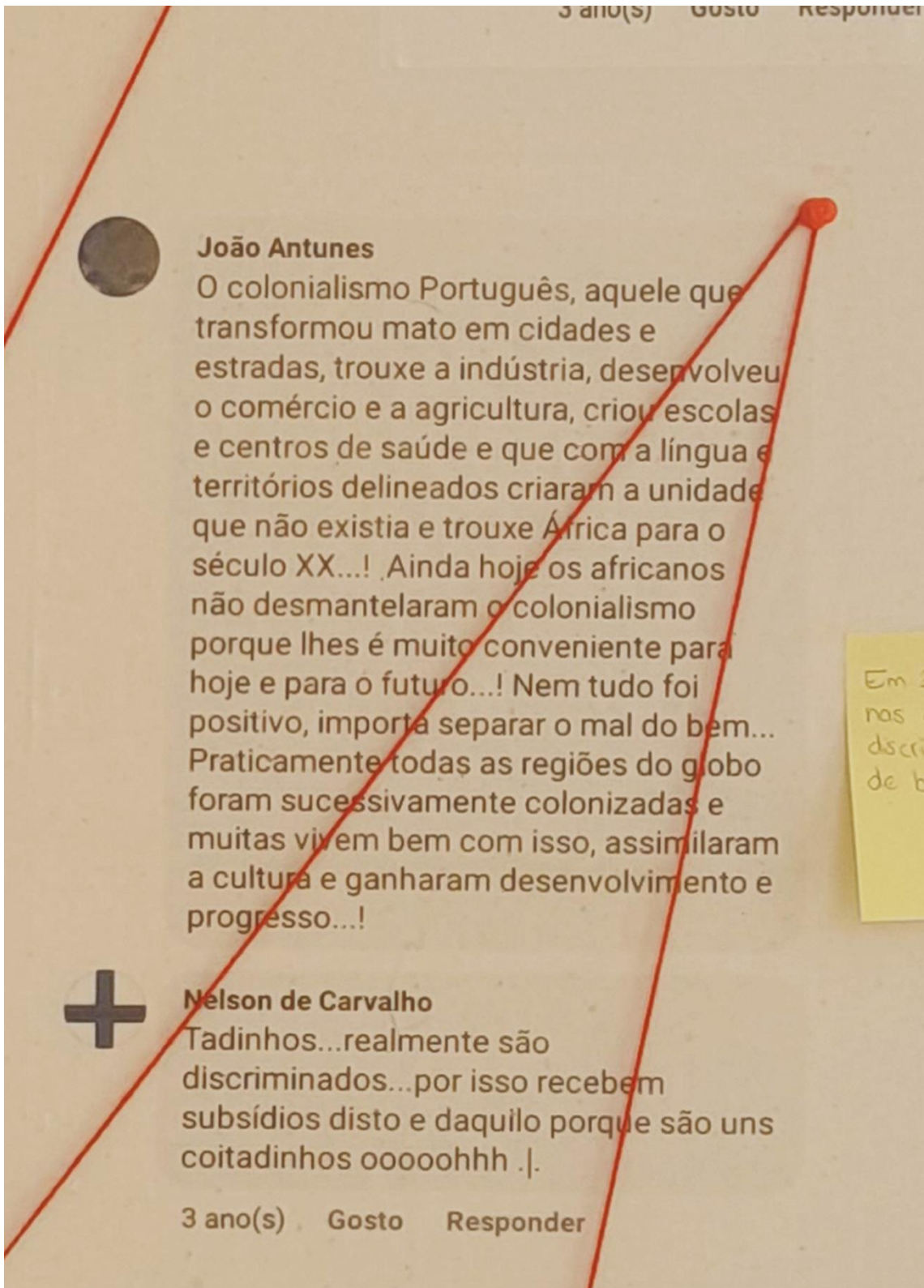


Figura 13- Rita Silva. Detalhes de "Deviam Agradecer a Portugal Pelo Colonialismo", 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 70 (L). Coleção privada.



Figura 14 - Exposição "Portugal Não Discrimina", 2022.

Capítulo IV – Inquéritos sobre o impacto das minhas obras no público

4.1. Dimensões de análise e indicadores

Em relação aos formulários que fiz para a exposição “Portugal Não Discrimina”, o objetivo foi criar dois formulários: Avaliação Pessoal do Observador Pré Exposição e Autoavaliação Pessoal do Observador Pós Exposição. Cada pessoa que entrou na galeria, recebeu o formulário pré exposição e, após observar a exposição, recebeu o formulário pós exposição.

A primeira pergunta que decidi fazer no formulário foi em relação à felicidade, naquele momento, do observador para poder comparar esse mesmo fator após a visualização dos comentários racistas e discriminatórios que constavam na exposição.

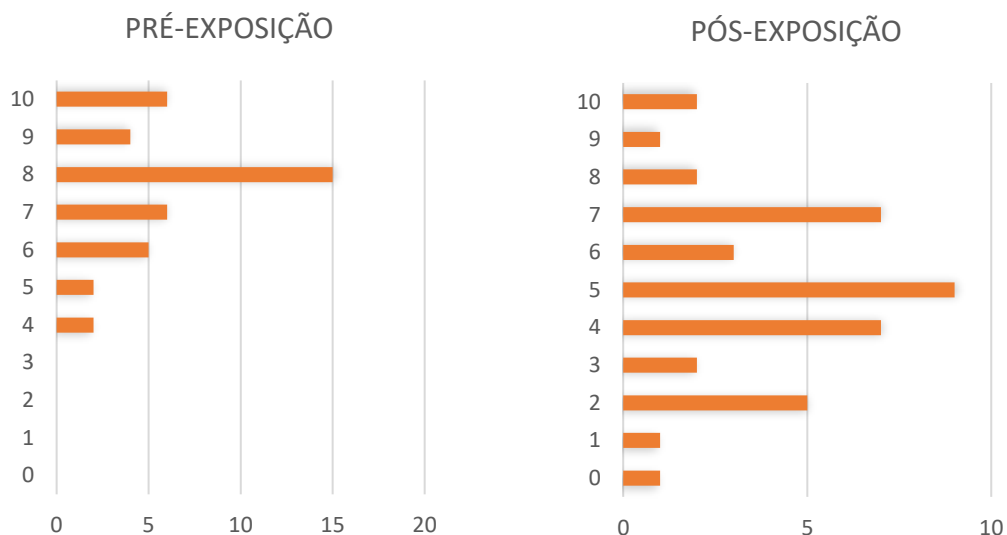


Figura 15 - Gráficos pré e pós exposição relativos à felicidade do observador antes e depois da observação da exibição, 2022.

Após analisar estes dados, concluí que a exposição fez cair em média 2,45 pontos na felicidade do observador, pois, em média, 40 pessoas estavam nos valores 7,65 antes da exposição e os valores caíram para 5,2 após a observação da mesma. Estes valores ditam então que a exposição teve um impacto psicológico no sentimento da felicidade pessoal do observador.

Posteriormente a esta examinação, decidi averiguar quais eram as idades médias dos observadores para ter uma noção das gerações que por ali passaram que, dependendo das mesmas, diferentes fatores como a educação e por sua vez, mentalidade, mudam.

IDADE DO OBSERVADOR POR DÉCADA

■ 10 A 19 ■ 20 A 29 ■ 30 A 39 ■ 40 A 49 ■ 50 A 59 ■ 60 A 69 ■ 70 A 79

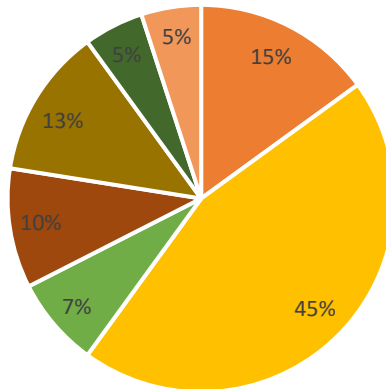


Figura 16 - Gráficos relativos à idade do observador por década, 2022.

Pode observar-se que a maioria dos observadores está entre os 20 e os 29 anos, seguidos do grupo etário dos 10 aos 19. Não significa necessariamente que a maioria tenha um nível de educação mais elevado, contudo, significa que a sua visão sobre o tema pode ser mais atualizada e decolonizada ao invés das idades etárias que passaram pela ditadura Salazarista que por sua vez traz mais subdesenvolvimento educacional.

A nacionalidade e *raça* que pretendia ter maioritariamente neste meu estudo era a portuguesa caucasiana, pois, é exatamente o meu estudo de caso, sendo de maneira óbvia a maioria em Portugal e a predominante nos setores sociais, políticos e económicos como consequência do colonialismo.

NACIONALIDADE DO OBSERVADOR

Portuguesa Angolana Brasileira Estadunidense Luso-Francesa Luso-Moçambicana

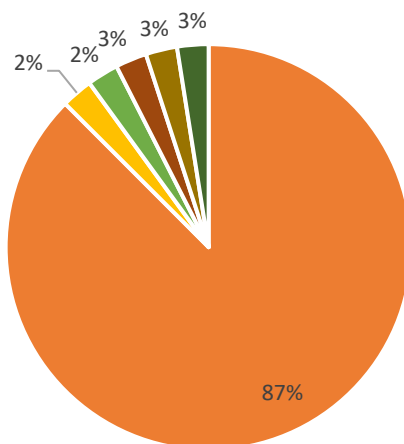


Figura 17 - Gráficos relativos à nacionalidade do observador, 2022

ORIGEM DO OBSERVADOR

Caucasiana Caucasiana/Indígena América do Sul
Caucasiana/Cigana Mista (Sem especificação)
Africana Africana/Americana

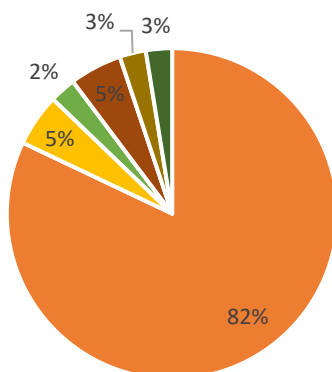


Figura 18 - Gráficos relativos à origem do observador, 2022

Após saber a nacionalidade e *raça* de cada observador decidi saber a opinião do observador relativamente a se os portugueses discriminam pessoas de diferentes raças e etnias de forma a saber qual era a diferença entre o antes

da exposição e após a exposição a comentários nas redes sociais de cariz racista e discriminatórios.

OPINIÃO DO OBSERVADOR RELATIVAMENTE A SE OS PORTUGUESES DISCRIMINAM PESSOAS DE DIFERENTES RAÇAS E ETNIAS PRÉ EXPOSIÇÃO

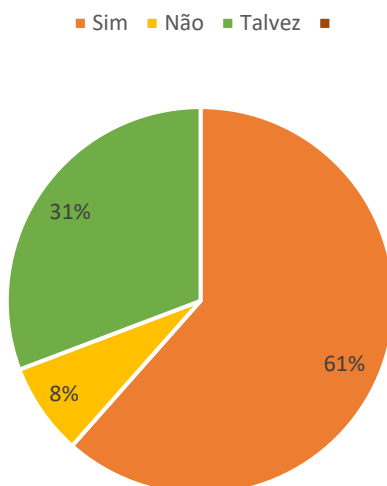


Figura 19 - Gráfico relativo à opinião do observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pré exposição, 2022.

OPINIÃO DO OBSERVADOR RELATIVAMENTE A SE OS PORTUGUESES DISCRIMINAM PESSOAS DE DIFERENTES RAÇAS E ETNIAS PÓS EXPOSIÇÃO

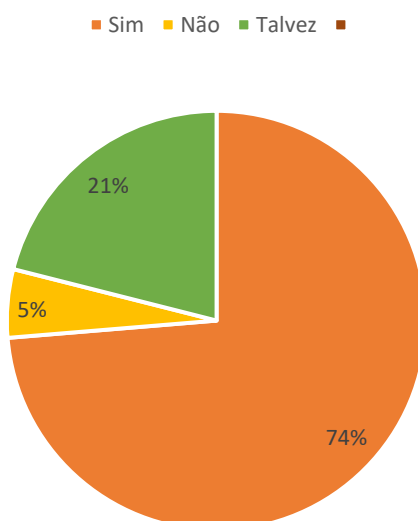


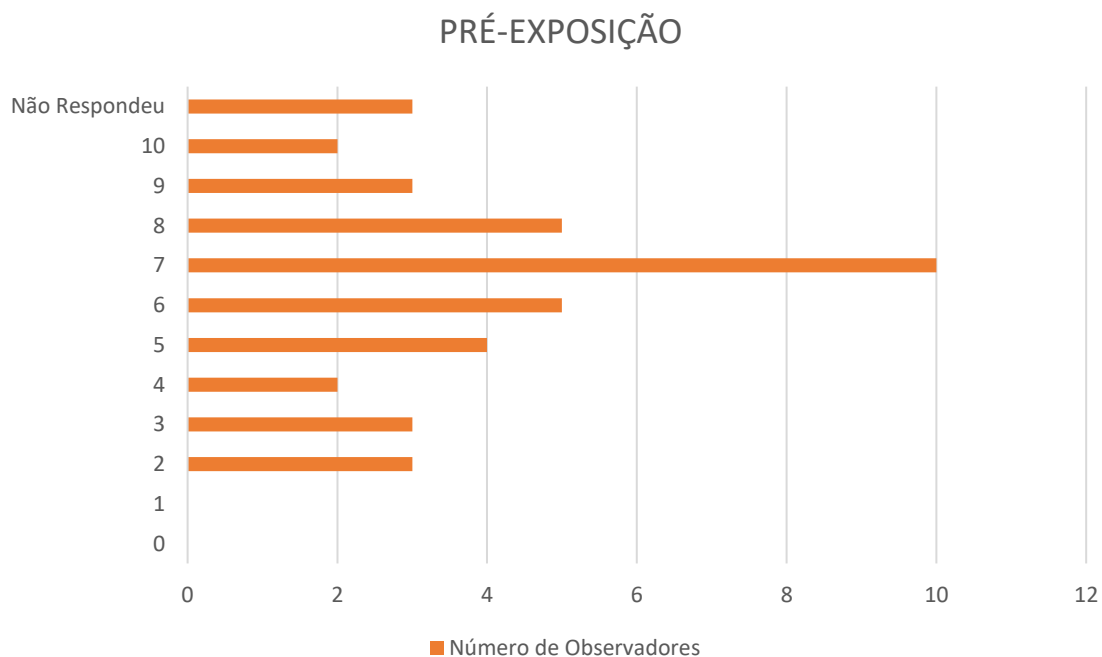
Figura 20 - Gráfico relativo à opinião do observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pós exposição, 2022.

Após o observador ter sido exposto às obras, houve um aumento de 13% na opinião relativamente à *afirmação* de que os portugueses discriminam pessoas de diferentes raças e etnias. Também houve uma queda de 3% na opinião do observador em relação à *negação* de que os portugueses discriminam pessoas de diferentes raças e etnias e uma queda de 10% na opinião de *talvez* os portugueses discriminam pessoas de diferentes raças e etnias.

Pode analisar-se, portanto, que a exposição do observador às obras com conteúdo racista e discriminatório, mudaram a opinião geral do observador de 39% (Não + Talvez) contra 61% (Sim), para 26% (Não + Talvez) contra 74% (Sim). Sendo o racismo e discriminação um fato em Portugal, o *Sim* é considerado certeza absoluta baseada em fatos verídicos e o *Não* e *Talvez* são colocados no mesmo grupo unitário porque são negações e incertezas da realidade.

Após analisar a opinião geral do observador em relação a se os portugueses discriminam pessoas de outras *raças* ou etnias, perguntei também quais eram os valores, de 0 a 10, sendo 0 (muito pouco) e 10 (extremamente), quão racistas e discriminatórios o observador achava os portugueses.

Figura 21 - Gráfico relativo aos valores atribuídos pelo observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pré exposição, 2022.



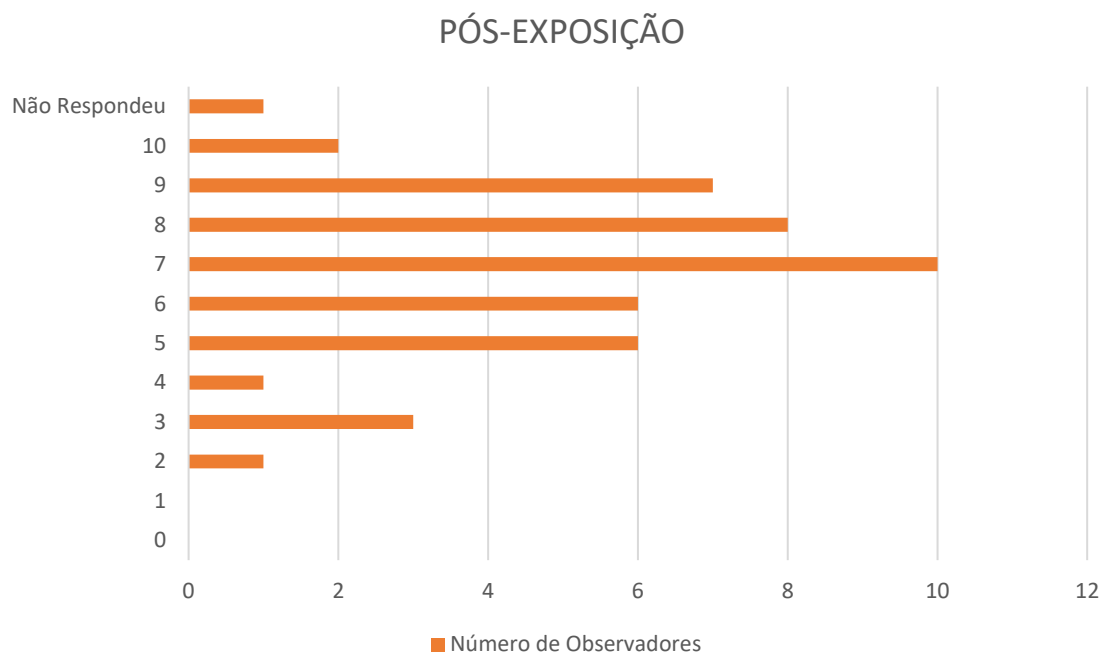


Figura 22 - Gráfico relativo aos valores atribuídos pelo observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pós exposição, 2022.

Verificou-se, portanto, que, a média de valores atribuídos por parte do observador, previamente à exposição, à questão relativa ao nível de discriminação aplicado a pessoas de outras raças e etnias por parte dos portugueses, é de 6,27, havendo 3 abstenções. Após a exposição ao conteúdo, a média foi de 7,64 com uma abstenção.

Isto significa que, após o confronto artístico, os observadores, em média, mudaram a sua opinião para valores mais altos no nível de discriminação a pessoas de outras raças e etnias por parte dos portugueses: uma subida de 1,37 valores.

De fato o observador ao ser confrontando com a realidade racista e discriminatória portuguesa, por meio artístico, tem em consideração mais fatores que pode não ter tido atenção no passado, considerando que os portugueses, na sua opinião, afinal, são mais racistas e discriminatórios do que aquilo que pensava.

De seguida, perguntei ao observador como é que descreveria o nível da relação entre os portugueses e a comunidade cigana/afrodescendente/brasileira em Portugal de 0 a 10, sendo 0 (horrível) e 10 (fantástica).

PRÉ-EXPOSIÇÃO

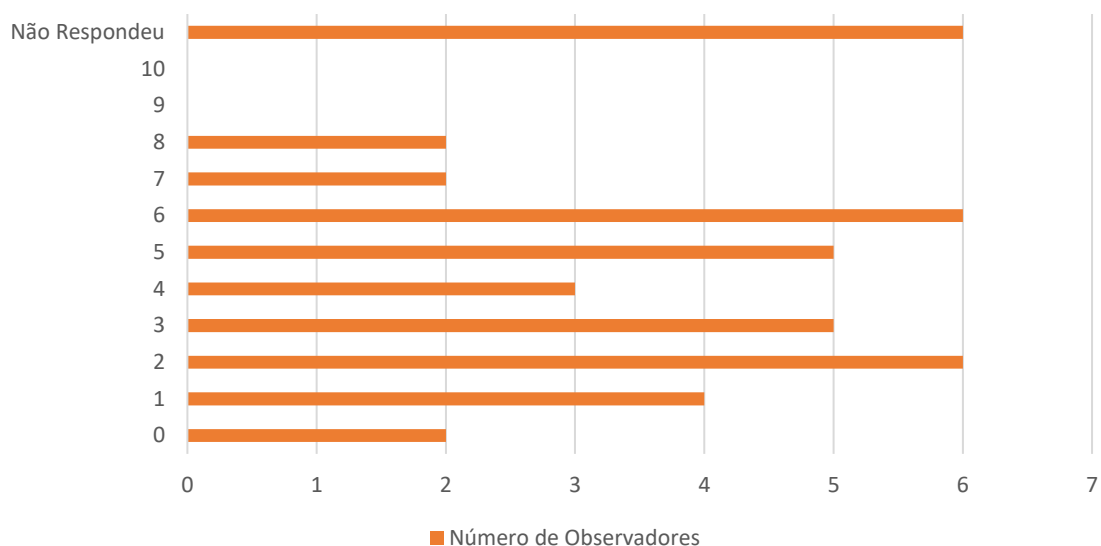


Figura 23- Gráfico relativo à opinião do observador em relação aos valores atribuídos à relação entre os portugueses e as comunidades afrodescendente/cigana/brasileira em Portugal pré exposição, 2022

PÓS-EXPOSIÇÃO

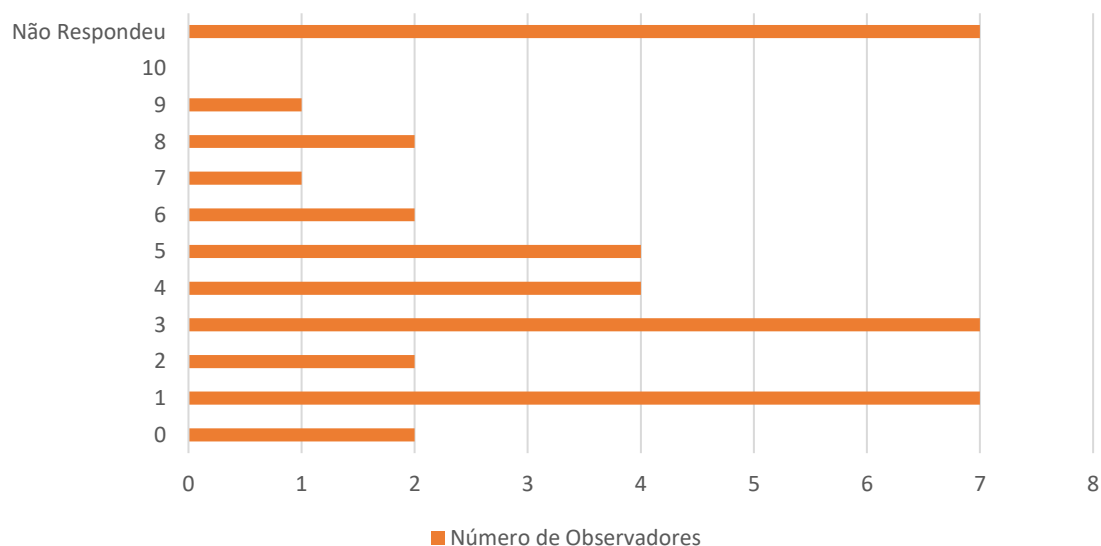


Figura 24- Gráfico relativo à opinião do observador em relação aos valores atribuídos à relação entre os portugueses e as comunidades afrodescendente/cigana/brasileira em Portugal pós exposição, 2022

Averiguou-se então que antes da exposição, o observador considerou em média um valor de 3,94 para atribuir à relação entre os portugueses e as comunidades afrodescendente/ciganas/brasileiras em Portugal, ainda que havendo 6 abstenções. Após a exposição, a média de valores atribuídos pelo observador baixou em 0,55 valores, descendo para 3,39 valores. Houve a subida de uma unidade no número de observadores que não responderam, fazendo assim um total de 7 abstenções.

Assim sendo, após a exposição ao conteúdo de cariz racista e discriminatório, o observador, em média, considerou um valor mais negativo, em -0,55 valores, para atribuir. Este fator demonstra que o observador tem em consideração as obras presentes na exposição e que as mesmas têm influência na maneira como o observador julga a relação entre as minorias em Portugal e os portugueses.

Em relação ao conhecimento acerca do tema, perguntou-se ao observador qual o valor que o mesmo atribuiria a si próprio, de 0 a 10, sendo 0 (nenhum) e 10 (total), em relação ao seu nível de conhecimento acerca do racismo e discriminação em Portugal.

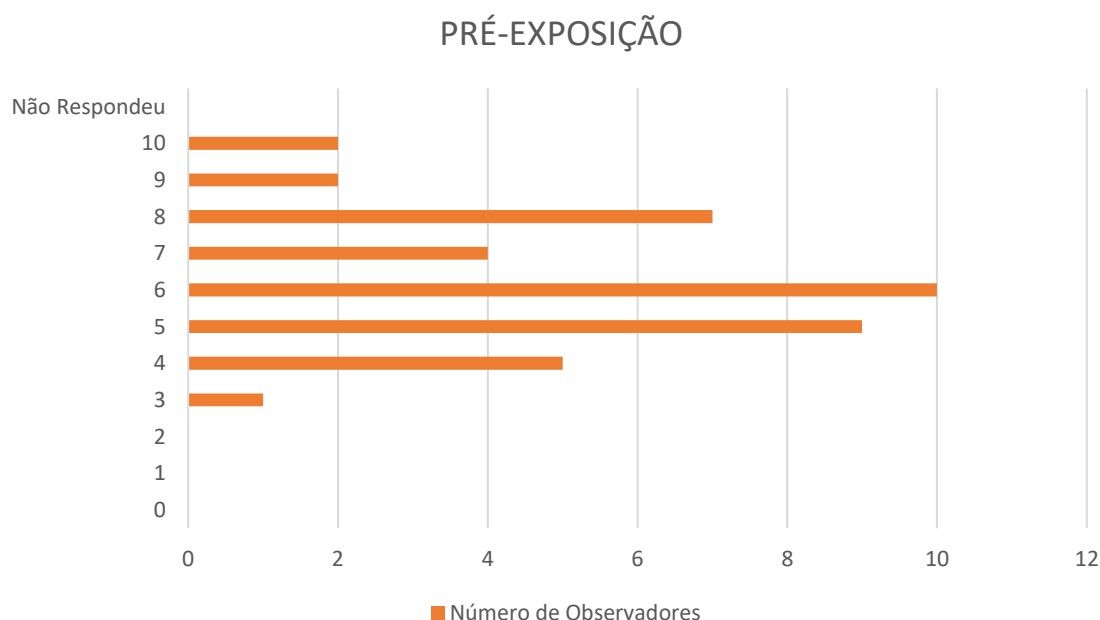


Figura 25 - Gráfico relativo ao autoconhecimento do observador em relação ao nível de conhecimento acerca do racismo e discriminação em Portugal pré exposição, 2022.

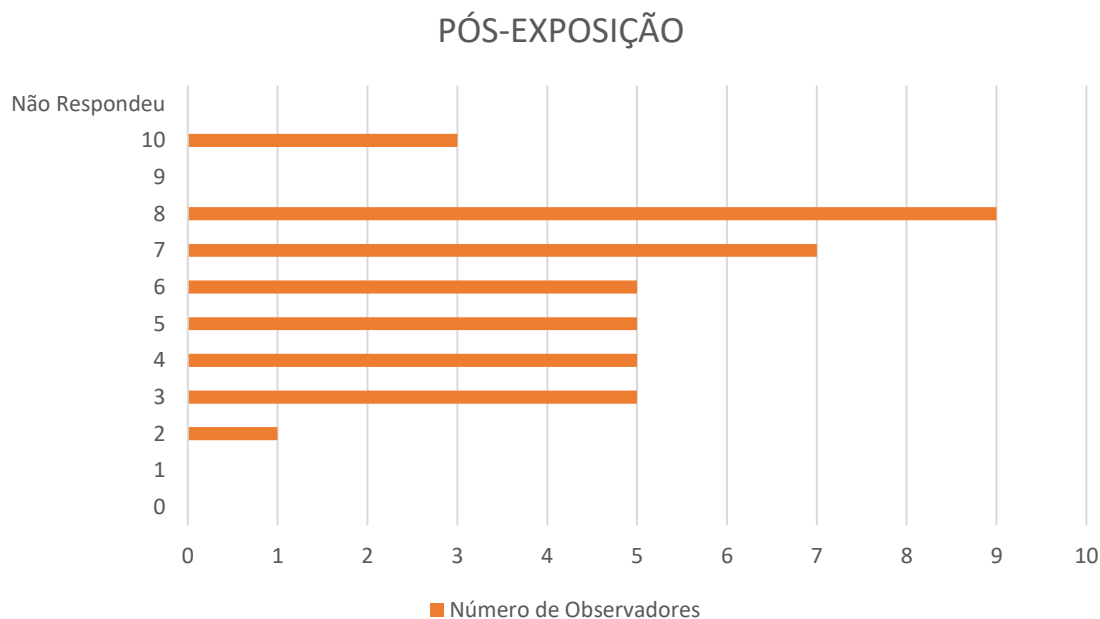


Figura 26 - Gráfico relativo ao autoconhecimento do observador em relação ao nível de conhecimento acerca do racismo e discriminação em Portugal pós exposição, 2022.

A média de valores atribuídos ao conhecimento geral sobre o tema do racismo e discriminação em Portugal estava nos 6,25 valores antes da exposição e caíram para 6,07 após a exposição. Este fator é importante porque, mesmo que a queda de 0,18 seja pequena, demonstra que em média, os observadores consideraram que afinal não sabiam tanto sobre o tema como pensaram previamente ao confronto artístico.

Continuando no patamar da autoavaliação, quis-se saber se o observador se considerava racista, utilizando-se na mesma, uma tabela de 10 valores, sendo 0 (nada mesmo) e 10 (completamente).

PRÉ-EXPOSIÇÃO

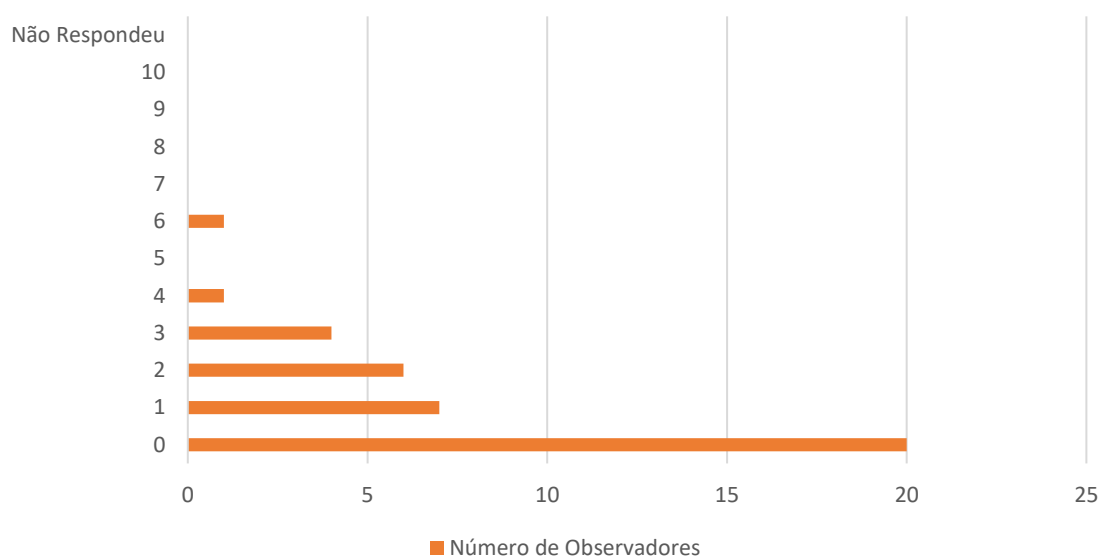


Figura 27- Gráfico de autoavaliação do observador em relação ao valor atribuído ao quão racista acha ser pré exposição, 2022.

PÓS-EXPOSIÇÃO

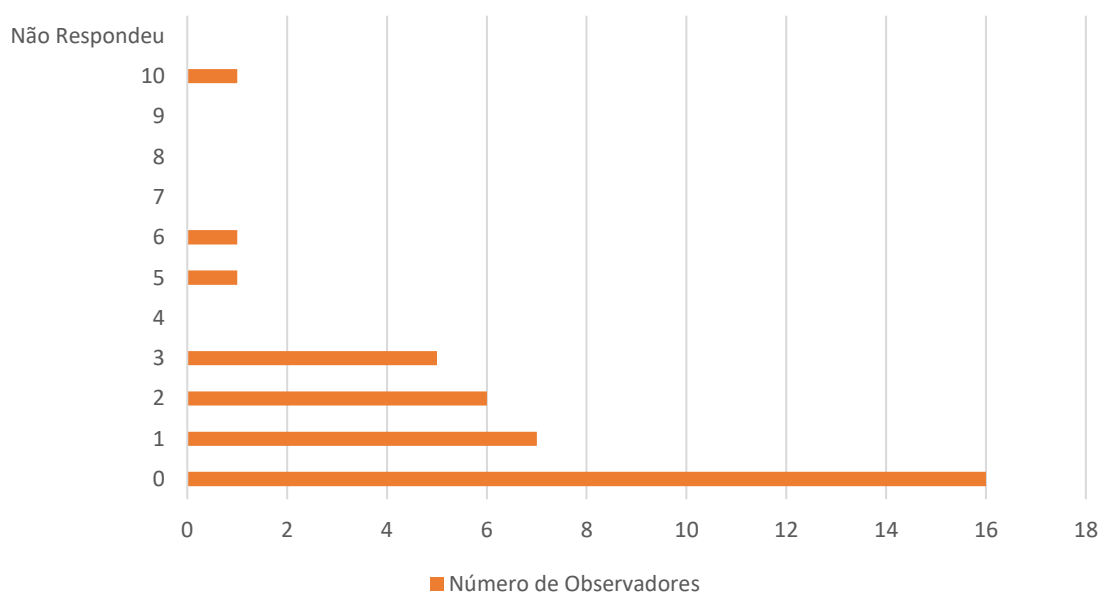


Figura 28- Gráfico de autoavaliação do observador em relação ao valor atribuído ao quão racista acha ser pós exposição, 2022.

Antes da exposição, o observador, em média, autoavaliou-se em 1,025 valores em relação a quão racista o mesmo acha ser. Após a exposição, os valores subiram para 1,37 – um acréscimo de 0,35 – demonstrando que a exposição fez com que o observador, em média, admitisse ser mais racista do

que o que pensava. Isto porque a maioria das vezes, como o racismo sistémico e institucional está tão enraizado em Portugal, que as pessoas praticam micro e macro agressões às minorias sem se aperceberem. Esta exposição a este tipo de conteúdo, pelo meio artístico, fez com que o observador se apercebesse que talvez também ele já o tenha feito e esta exposição fez como que se apercebesse disso mesmo.

No que toca à pergunta “Considera que a cultura é importante para o desenvolvimento social, político e económico na nossa sociedade?”, pré exposição, 39 observadores responderam *Sim* e 1 observador respondeu *Não*.

Após a exposição, 39 observadores responderam que sim e 1 respondeu que talvez. O observador que respondeu *Não* à pergunta previamente à observação da exposição, alterou a sua resposta para *Sim* no formulário pós-exposição, demonstrando que o confronto artístico mudou para uma forma positiva, a sua opinião. Contudo, outro observador que previamente tinha colocado *Sim*, alterou a sua resposta no segundo formulário para *Talvez*, alterando a sua opinião para algo neutro após confronto. Por esse motivo, as percentagens não mudaram para algo mais positivo, mantendo-se dentro do equilíbrio do positivo-neutro – considerando o *talvez* como neutro - contudo, longe da negação, o que é positivo.

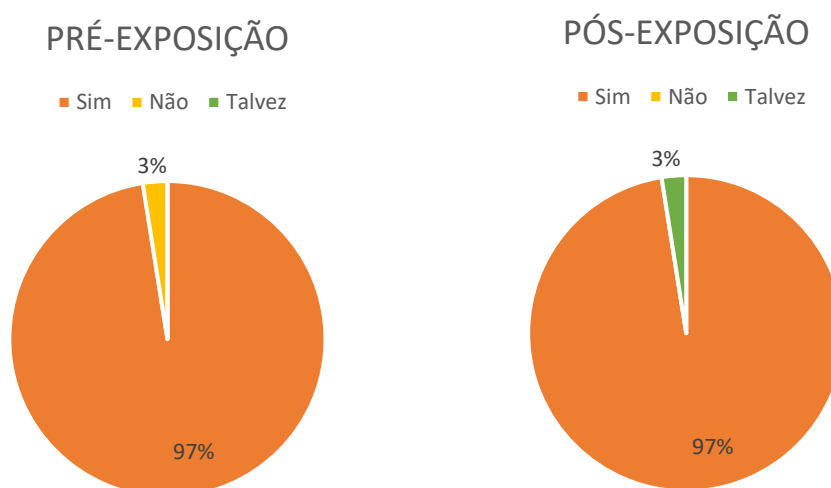


Figura 29 - Gráficos pré e pós exposição relativos a se o observador considera a cultura como algo importante para o desenvolvimento social, político e económico para a nossa sociedade, 2022.

Para finalizar as questões duplicadas nos formulários previamente e posteriormente à exposição, perguntou-se a opinião do observador em relação a se a arte pode ser utilizada como forma de combater problemas sociais.

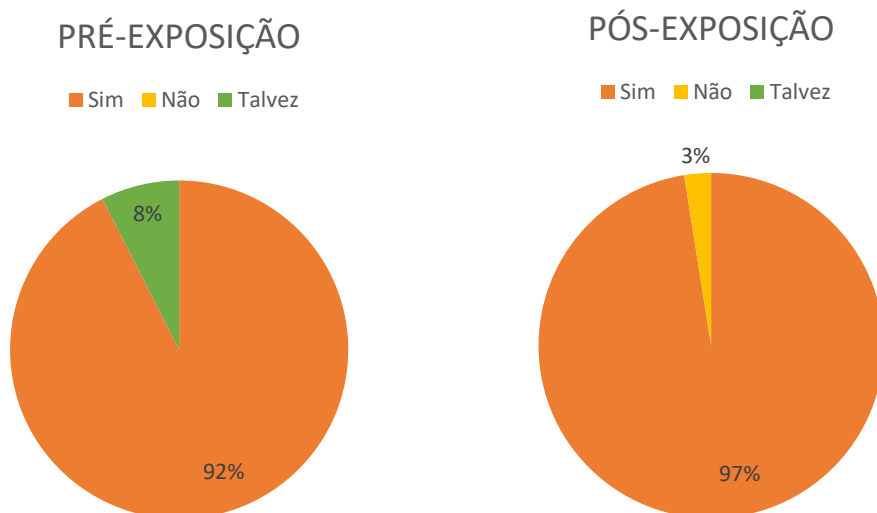


Figura 30 - Gráficos pré e pós exposição relativos à opinião do observador em relação a se a arte pode ser utilizada como forma de combater problemas sociais, 2022.

Antes do confronto artístico, 3 observadores responderam à pergunta com um *Talvez*, enquanto 37 observadores responderam que *Sim*. Na análise dos formulários pós-exposição, apenas 1 observador respondeu *Talvez* e 39 responderam que *Sim*. Estes dados mostram então, que, as percentagens da média de observadores que concordam que a arte pode ser utilizada como uma forma de combater problemas sociais, ficaram mais altas após o confronto artístico. Este fator é importante, pois, demonstra exatamente que após o observador ser exposto a arte ativista contra o racismo e discriminação das minorias em Portugal, o mesmo, vê a possibilidade de este tipo de arte ser utilizado como forma de combate ao racismo e discriminação. Coisa que, antes, não conseguia perceber como.

Como perguntas finais exatamente em relação a este estudo de caso, perguntou-se ao observador a sua opinião relativamente a se a exposição mudou em alguma coisa a sua perceção sobre o racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal.

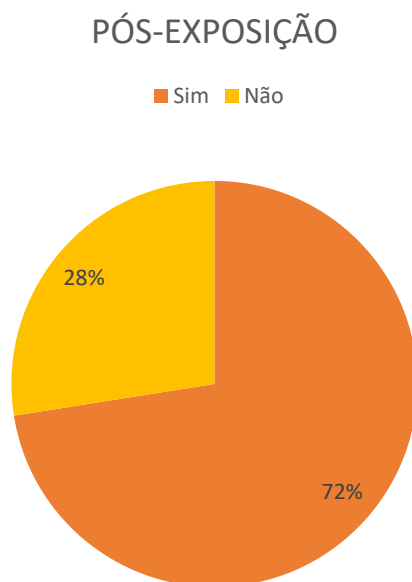


Figura 31 - Gráfico em relação a se o observador pensa que a exposição mudou em alguma coisa a sua perceção em relação ao racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal, 2022.

Como resultado, a maioria dos observadores respondeu que *Sim*, a exposição mudou em alguma coisa a sua perceção em relação ao racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal, provando então que a arte pode de fato alterar a perceção e opinião do observador, em relação a temas de cariz social, político e económico.

Como pergunta final, ao observador, foi-lhe questionado se trabalhar este tema, pode ajudar no combate ao racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal.

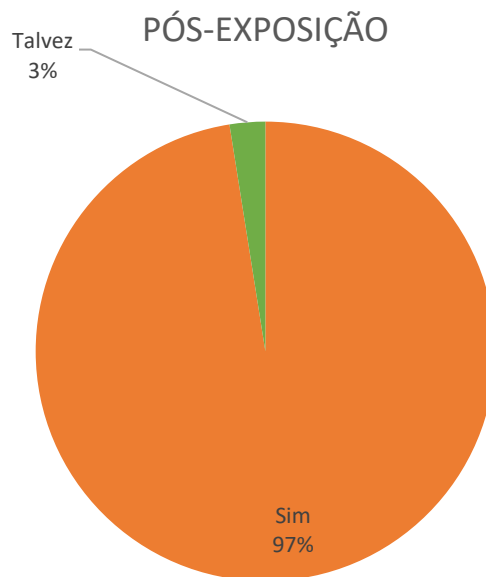


Figura 32- Gráfico em relação a se o observador pensa que a arte pode ser usada como forma de combate ao racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal, 2022.

Como resposta final a este tema, 39 observadores responderam que *Sim* e apenas um observador respondeu *Talvez*, provando que esta exposição com obras de cariz ativista que contêm comentários de redes sociais de índole racista e discriminatória, fatos e notícias sobre estas pessoas que navegam esta problemática, pode de fato combater o racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal.

Dentro das respostas de compreensão por extenso, é importante referir os adjetivos mais utilizados para descrever esta exposição por parte do observador. Os sentimentos que o observador sentiu após a exposição foram retirados das suas respostas escritas, introduzidos na roda dos sentimentos, criada pelo Psicólogo Robert Plutchik. A roda Plutchik sugere que o ser-humano sente 8 emoções centrais: raiva, ódio, pena, assombro, terror, admiração, êxtase e vigilância. Contudo, a roda tem evoluído e é na mais recente, desenvolvida pela psicoterapeuta, Gloria Willcox, que este estudo de caso vai pousar.

A roda dos sentimentos de Glória Willcox tem apenas seis emoções base: raiva, tristeza, paz, poder, alegria e medo. (Willcox, 2017)

Os observadores mencionaram sentimentos relacionados com raiva e estes foram mencionados 25 vezes. Sentimentos de tristeza foram expressos 38 vezes, enquanto os de medo foram referidos 11 vezes. A emoção de poder foi escrita por outros adjetivos secundários e terciários 3 vezes, enquanto a emoção de paz foi escrita 4 vezes.

Considerações Finais

A cultura é o que faz um povo desenvolver-se e andar para a frente. A cultura não é algo estático, mas sim, algo em constante movimento e transformação que executa o processo de criar ou de recriar consoante os tempos e consoante o nível de atividade dos povos no que toca a ajudar este processo de movimentação e desenvolvimento. Todos nós temos o dever de fazer movimentar a cultura e, sendo nós integrantes da arte de alguma forma, temos o dever de propagar uma mentalidade de luta contra todo o tipo de discriminações. Devemos ser nós a ensinar mais sobre mulheres, sobre filósofas, escritoras e tantas outras no mundo artístico, sobre empoderamento de mulheres de cor. Temos de lhes dar nome para começarmos a criar um equilíbrio numérico e mais do que isso, no mínimo, criarmos respeito sobre as minorias raciais, étnicas, culturais, religiosas, sexuais, entre outras. Estamos na terceira década do século XXI e ainda estamos a lutar por direitos humanos básicos e a pedir por respeito e evolução.

Temos de criar mais programas, mais exposições, criar mais poder de compra, utilizar a educação, e todas as vias que tivermos para dar mais poder a todas estas minorias porque só assim o mundo pode ser mais unido, solidário e respeitador e, valorizador de todas as pessoas, tanto culturalmente como socialmente.

Igualmente com este trabalho concluí que Portugal ainda tem muito para melhorar em relação à proteção das minorias. Sendo as fontes de opressão em tantos setores para as minorias em Portugal, é necessário reformular alguns paradigmas.

Na educação, é preciso integrar as comunidades ciganas e afrodescendentes com turmas de portugueses «brancos», pois, a segregação não é a resposta.

Ainda na educação, é necessário reformular a maneira como os descobrimentos e o colonialismo são contados. É necessário parar com a romantização de tal acontecimento e contar a história como realmente aconteceu: violentamente, com violações, com mortes, espancamentos, agressões e torturas.

No sistema judicial, é necessário levar a sério as queixas por discriminação, seja ela qual for e, aplicar graves sanções pelas mesmas. Sem um sistema judicial que apoie as vítimas de discriminação, não haverá vítimas que se queiram sequer queixar, porque não confiam no sistema judicial português, o que, leva a números enganadores de baixas queixas-crime de discriminação em Portugal.

Também no sistema judicial, é necessário haver uma maior proteção das mulheres e vítimas de violência doméstica, violações e assédios.

No sistema habitacional, é necessário retirar os afrodescendentes e as pessoas pertencentes à comunidade cigana da rua e daquela segregação toda que se vê em certos bairros em Lisboa e arredores. O direito à habitação condigna é um direito institucional, porém, temos pessoas há espera de um visto de residência ou de trabalho que se encontram sem qualquer proteção e, a viver na miséria, em barracas feitas de chapa e tijolo.

O acesso ao mercado de trabalho, é claramente ligado com a educação, pois, há certos fatores que condicionam algumas pessoas a entrar no mercado de trabalho e, a baixa escolaridade ou a falta de documentação são alguns deles. Estas pessoas têm de se voltar, então, para empregos sem contratos de trabalho, com horas a mais e com menos rendimentos no final do mês. Tudo isto interliga depois, com a falta de proteção governamental, no sistema habitacional e de fronteiras.

No sistema de saúde, é necessária uma maior proteção dos imigrantes ou refugiados, pois, independentemente de um imigrante ou refugiado ter sempre

acesso ao SNS, isso não significa que não tenha que pagar esses cuidados. Ora, por vezes quem se encontra numa situação não regularizada, terá sempre mais dificuldades no pagamento.

Ainda no sistema de saúde, também existe a dificuldade de comunicação que não só é linguística, é também devido à iliteracia. Muitas vezes, os países com os acordos com o SNS, têm também de enviar o protocolo devido à recusa de atendimento de imigrantes, quando os portugueses no SNS têm o dever de saber que todos têm o direito a ter cuidados de saúde.

No sistema político, é necessário haver mais representatividade das minorias para que, a motivação para continuar a estudar seja maior o que, evita a desistência escolar precoce e por sua vez, o acesso a um trabalho remunerado legítimo e saudável.

Em relação à exposição analisei que houve uma mudança de opinião no observador em geral em relação ao tema do racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal.

As análises dos gráficos que foram observados demonstram que ainda que pequena a margem de mudança para algo positivo sobre esta temática, a exposição fez de facto diferença. Assim posso de facto afirmar-me que a arte pode ser utilizada como forma de combate à discriminação racial e étnico-cultural em Portugal.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, P., & Roldão, C. (2019). The (mis)education of African descendants in Portugal: towards vocational traps? *The (mis)education of African descendants in Portugal: towards vocational traps?*, pp. 27-55.
- ACM. (2022). Sou estrangeiro e resio em Portugal. Posso votar nas eleições portuguesas?
- Adorno, T. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper&.
- Alberti, M. (2021). Portugal records surge in racist violence as far right rises. *The Guardian*.
- Almada, F. (2019). Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal. Palácio de São Bento, Lisboa, Portugal: Assembleia da República.
- APAV. (2012). Discriminação Racial ou Étnica.
- Arte, C. C. (2020). Racismo em Portugal: compilação de recursos e referências para perceber e combater o racismo português. *Comunidade Cultura e Arte*.
- Atokirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, Brasil: Pólen Livros.
- Braga, R. (2020). Portugal, colonialism and racial justice - From denial to reparation. *openDemocracy*.
- Cabecinhas, R. (2022). Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homegeneização das minorias.
- Castanheira, G. (02 de 07 de 2021). Graça Castanheira | "Pele Escura da periferia para o centro" | Entrevista. (Bantumen, Entrevistador)
- Castanheira, G. (2021). Pele Escura - Da Periferia Para o Centro. (Bantumen, Entrevistador)
- Castelo, C. (2011). *O modo português de estar no mundo*. Porto: Edições Afrontamento.
- CICDR. (2021). *Relatório Anual 2020*. Portugal: República Portuguesa.
- Coaston, J. (2019). The intersectionality wars. *Vox*.
- Coimbra, C. (25 de Fevereiro de 2022). Investigação SAMANE apresenta evidências de racismo obstétrico em Portugal. (M. Francisco, Entrevistador)
- CPT. (2019). *Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradantes*.

- DGS. (2020). Informação para Migrante.
- DiAngelo, R. (2018). *White Fragility*. Boston: Beacon Press.
- ECRI. (2021). *ECRI CONCLUSIONS*.
- E-Cultura.pt. (2022). "Pele Escura" de Graça Castanheira: filme e conversas. *E-Cultura.pt*.
- Étnicas, C. d. (2007). Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos?
- Género, C. p. (2011). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Portugal: CCIG.
- Gonzatto, R. F. (19 de Agosto de 2015). Como se escreve: Decolonial ou Descolonial?
- Henriques. (2019). *Público*. Obtido de Fez-se história: Parlamento terá três deputadas negras.
- Henriques, J. (2016). A White Journalist Discovers the Lie of Portugal's Colonial Past. *The Root*.
- ILGA. (s.d.). Saúde em Igualdade. *pelo acesso a cuidados de saúde adequados e competentes para pessoas leésbicas, gays, bissexuais e trans*.
- Kilomba, G. (25 de 11 de 2020). Grada Kilomba – conversa sobre Memórias da Plantação. (C. Equipe, Entrevistador)
- Lusa. (2020). Estudo revela que 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo. *Expresso*.
- Luz, C. S. (2022). Mais de 100 queixas por discriminação e racismo enviadas para o Ministério Público. *Jornal de Notícias*.
- Marcelino, C. (2019). *Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal*. Palácio de Belém: Assembleia da República.
- News, A. (2021). Senior European official challenges Portugal over racism. *ABC News*.
- O'Brien, M. (2013). The Mystery of Why Portugal Is So Doomed. *The Atlantic*.
- Oliveira, A. B. (2019). Epistemic Decolonization through the Colonial, Anti- and. *Revista de Cultura Visual*, 235-272.
- Oliveira, A. B. (2020). Breaking Canons: Intersectional Feminism and. *Revista de Cultura Visual*, 79-100.

- Oliveira, D., Barbosa, V., & Metelo, D. (2020). No acolhimento de refugiados, Portugal tem “um longo caminho a percorrer”. *JPN*.
- ONU. (2019). *Revisão Periódica Universal*.
- Portuguesa, R. (26 de 08 de 2021). *ESTATÍSTICAS DE IMIGRANTES EM PORTUGAL POR NACIONALIDADE*. Obtido de Gabinete de Estratégia e Estudos: <https://www.gee.gov.pt/pt/publicacoes/estatisticas-tematicas/estatisticas-de-imigrantes-em-portugal-por-nacionalidade>
- Reis, S. d. (Setembro de 2019). A (In)visibilização da Mulher Negra em Portugal: dupla discriminação silenciada. *Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres: A Mulher na Sociedade e na Cultura*.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rosário, E., Santos, T., & Lima, S. (2011). *Discursos do Racismo em Portugal: Essencialismo e Inferiorização nas Trocas Coloquiais entre Categorias Minoritárias*. Lisboa: Alto-Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Silva, M. C. (Fevereiro de 2000). Racismo e Conflito Interétnico: Elementos Para Uma Investigação. pp. 69-70.
- Suárez-Krabbe, J. (2021). "There are no simplifications, there is conviction": Racism and the media in Portugal.
- Tavares, R. (2019). Homossexualidade e política. *TSF*.
- UNHCR. (2019). Refugee education in crisis: More than half of the world’s school-age refugee children do not get an education. *UNHCR*.
- Urbana, I. d. (2018). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*.
- Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. (2008). Black Immigrants in Portugal: Luso Tropicalism and Prejudice. *64(2)*, pp. 287-302.
- Valentim, J. (2004). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e de africanos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Willcox, G. (2017). *The Feeling Wheel. A Tool for Expanding Awareness of Emotions and Increasing Spontaneity and Intimacy*.

Índice de imagens

Figura 1 - Gráfico de Distribuição por Fator de Discriminação (%). CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. 2022.	8
Figura 2 - Grada Kilomba. Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, 2019. Livro. 1ªed. 248 p.....	27
Figura 3 - Graça Castanheira. Pele Escura. Portugal, 2021. Curta-metragem, 12:45, cor, som.....	40
Figura 4 - Rita Silva. Discriminação? Isso é coisa dos EUA. Portugal, 2021. Sublimação sobre tela, colagem, 200 (L) x 100 (A). Coleção privada.	50
Figura 5 - Rita Silva. Pormenores da obra "Discriminação? Isso é coisa dos EUA". Portugal, 2021. Sublimação sobre tela, colagem, 200 (L) x 100 (A). Coleção privada.....	51
Figura 6 - Rita Silva. Portugal respeita toda a gente. Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 80 (L). Coleção privada.	52
Figura 7 - Rita Silva. Pormenores da obra "Portugal respeita toda a gente". Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 80 (L). Coleção privada.....	53
Figura 8 - Rita Silva. Bons tempos eram os de Salazar. Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 30 (A) x 30 (L) e 50 (A) x 40 (L). Coleção privada.	54
Figura 9 - Rita Silva. Detalhes de "Bons tempos eram os de Salazar". Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 30 (A) x 30 (L) e 50 (A) x 40 (L). Coleção privada.....	55
Figura 10 - Rita Silva. A Morte Não Escolhe Cor. Portugal, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 30 (A) x 30 (L) e 50 (A) x 40 (L). Coleção privada.	56
Figura 11 - Rita Silva. Detalhes de "A Morte Não Escolhe Cor. Portugal", 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 80 (L). Coleção privada.....	57
Figura 12- Rita Silva. Deviam Agradecer a Portugal Pelo Colonialismo, 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 70 (L). Coleção privada.	58
Figura 13- Rita Silva. Detalhes de "Deviam Agradecer a Portugal Pelo Colonialismo", 2022. Sublimação sobre tela, colagem, 100 (A) x 70 (L). Coleção privada.....	59
Figura 14 - Exposição "Portugal Não Discrimina", 2022.....	60
Figura 15 - Gráficos pré e pós exposição relativos à felicidade do observador antes e depois da observação da exibição, 2022.	61
Figura 16 - Gráficos relativos à idade do observador por década, 2022.....	62
Figura 17 - Gráficos relativos à nacionalidade do observador, 2022	63
Figura 18 - Gráficos relativos à origem do observador, 2022	63

Figura 19 - Gráfico relativo à opinião do observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pré exposição, 2022.	64
Figura 20 - Gráfico relativo à opinião do observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pós exposição, 2022.	64
Figura 21 - Gráfico relativo aos valores atribuídos pelo observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pré exposição, 2022.	65
Figura 22 - Gráfico relativo aos valores atribuídos pelo observador em relação à discriminação de pessoas de diferentes raças e etnias pós exposição, 2022.	66
Figura 23- Gráfico relativo à opinião do observador em relação aos valores atribuídos à relação entre os portugueses e as comunidades afrodescendente/cigana/brasileira em Portugal pré exposição, 2022.	67
Figura 24- Gráfico relativo à opinião do observador em relação aos valores atribuídos à relação entre os portugueses e as comunidades afrodescendente/cigana/brasileira em Portugal pós exposição, 2022.	67
Figura 25 - Gráfico relativo ao autoconhecimento do observador em relação ao nível de conhecimento acerca do racismo e discriminação em Portugal pré exposição, 2022.	68
Figura 26 - Gráfico relativo ao autoconhecimento do observador em relação ao nível de conhecimento acerca do racismo e discriminação em Portugal pós exposição, 2022.	69
Figura 27- Gráfico de autoavaliação do observador em relação ao valor atribuído ao quão racista acha ser pré exposição, 2022.	70
Figura 28- Gráfico de autoavaliação do observador em relação ao valor atribuído ao quão racista acha ser pós exposição, 2022.	70
Figura 29 - Gráficos pré e pós exposição relativos a se o observador considera a cultura como algo importante para o desenvolvimento social, político e económico para a nossa sociedade, 2022.	71
Figura 30 - Gráficos pré e pós exposição relativos à opinião do observador em relação a se a arte pode ser utilizada como forma de combater problemas sociais, 2022.	72
Figura 31 - Gráfico em relação a se o observador pensa que a exposição mudou em alguma coisa a sua perceção em relação ao racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal, 2022.	73
Figura 32- Gráfico em relação a se o observador pensa que a arte pode ser usada como forma de combate ao racismo e discriminação étnico-cultural em Portugal, 2022.	74

Anexos

Anexo A – Inquéritos

